A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A EDUCAÇÃO AGRÍCOLA SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE DE ZULIA - VENEZUELA

JESUS ALEJANDRO PAZOS ROSAL

1980

Orientador: Dr. Oriowaldo Queda

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Rural.

PIRACICABA
Estado de São Paulo - Brasil
Abril, 1980

Í N D I C E

	Página
RESUMO	1
INTRODUÇÃO	3
1 - O Problema	3
2 - A Tese Central	5
3 - Objetivos do Trabalho	6
4 - Organização do Trabalho	7
CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO	9
1 - A Sociedade Dual: Trauma da América Latina	9
2 - A Modernização e a Redenção Camponesa	22
3 - Extensão Rural ou Extensão do Capitalismo ?	28
4 - A Universidade como Produtora de Reprodutores ..	38
CAPÍTULO II - A AGRICULTURA VENEZUELANA	49
1 - Petróleo, Felicidade ou Desgraça ?	49
2 - Uma Política Agrícola Comprometida	56
3 - O Campo sob o Signo da Democracia	67
4 - Epílogo: Aprendendo do "conuco"	83
CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DO AGRÔNOMO NO CONTEXTO ZULIANO	89
1 - Considerações Gerais	89
2 - O Agrônomo, um Agente de Mudança Comprometido ..	94

	Página
3 - Disciplinas Sociais v.s. Disciplinas Técnicas, uma Luta Desigual	100
CAPÍTULO IV - CONCLUSÕES E SUGESTÕES	116
1 - Conclusões Gerais	116
2 - Sugestões	119
SUMMARY	121
BIBLIOGRAFIA	123
APÊNDICE	128

LISTA DAS TABELAS

	Página
TABELA 1 - Distribuição da posse da terra. Venezuela, 1971	72
TABELA 2 - Fertilizantes. Produção e Importação em toneladas métricas. Venezuela, 1959-1968	74
TABELA 3 - Inseticidas. Produção e Importação em toneladas métricas. Venezuela, 1959-1973	75
TABELA 4 - Produtos biológicos elaborados pelo Ministério da Agricultura, Venezuela, 1959/1973	76
TABELA 5 - Produção de alimentos concentrados para bovinos, suínos e aves em toneladas métricas. Venezuela, 1950/1973	78
TABELA 6 - Número de máquinas e instrumentos agrícolas importados. Venezuela, 1955/1973 ..	80
TABELA 7 - Área colhida e estimativa da área mecanizada das principais culturas em milhões de hectares. Venezuela, 1965/1968	81
TABELA 8 - Planos de estudos da Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo, Venezuela, 1978	93

TABELA 9 - Disciplinas bio-físicas e sócio-econômicas oferecidas pela Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo, Venezuela, 1978	101
TABELA 10 - Disciplinas criadas pela Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo, Venezuela, entre 1970 e 1976	104
TABELA 11 - Número de Professores e países onde realizaram cursos de especialização. Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo, Venezuela, 1978 ...	106

LISTA DE TABELAS NO APÊNDICE

	Página
TABELA I - Setor Agrícola. Produção em toneladas métricas. Venezuela, 1972/1976	129
TABELA II - Setor Agrícola. Área colhida em hectares. Venezuela, 1972/1976	131
TABELA III - Setor Agrícola. Produção bruta. Venezuela, 1972/1976	133
TABELA IV - Disciplinas bio-físicas e sócio-econômicas oferecidas pela Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo, Venezuela, 1978	135
TABELA V - Objetivos propostos para as disciplinas oferecidas pela Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo, Venezuela, 1970/1976	139

RESUMO

Neste trabalho, o autor discute a importância que tem a formação acadêmica recebida pelo aluno de agronomia, na implementação da política de modernização da agricultura. Para o caso específico da Venezuela, tomou-se como ponto de referência a formação ministrada na Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo - Venezuela.

Considera o autor, que tal formação é uma maneira de preparar "recursos humanos" especializados em técnicas agrícolas, não com o fim de ajudar o camponês venezuelano a melhorar suas atuais condições de vida ; pelo contrário, tal formação é dirigida à reprodução e consolidação das relações de produção capitalistas vigentes no meio rural do país. Esta situação é o resultado da imposição ideológica de orientação capitalista por parte das classes dominantes, de toda uma estratégia de mudança que se fundamentou nas teorias da sociedade dual, modernização e mudança social.

Para comprovaçao desta tese central, foram consultados e analisados vários documentos, os quais continham os presupostos teóricos em que se fundamentou toda a política de modernização da agricultura a nível latinoamericano. Partindo disto, são analisados alguns aspectos da atual política agrícola venezuelana, como também as características mais importantes do meio rural como consequência direta da modernização e, por último, a análise do Plano de Estudos vigente na formação de Engenheiros Agrônomos na referida Faculdade.

É evidente a formação tecnicista do aluno de Agronomia dirigida à obtenção de um profissional altamente especializado nas mais sofisticadas técnicas que requer a atividade agrícola da atualidade e que somente podem ser adotadas e utilizadas por um pequeno setor, dominante e poderoso, dando lugar para que se acentuem as diferenças econômicas e sociais entre os diferentes setores que integram a estrutura social do meio rural venezuelano.

A formação recebida pelo aluno na Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, em síntese, está dirigida para formar um agente de mudança tecnológica e não um agente para a mudança estrutural e total, que o país, em sua condição de subdesenvolvido e de economia capitalista dependente, exige para sua total independência.

INTRODUÇÃO

1 - O PROBLEMA

Terminada a Segunda Guerra Mundial, os anos seguintes foram cruciais quanto às relações entre os Estados Unidos e a América Latina, em face dos desajustes econômicos que o referido conflito ocasionou na estrutura interna desta última. É sabido de todos que com o resultado vitorioso dos Estados Unidos, em 1945, consolidou-se, por assim dizer, sua hegemonia como primeira potência capitalista a nível mundial.

Pouco depois do término desse conflito armado, que acabou provocando uma nova divisão do mundo entre os países capitalistas com desejos de expansão, os Estados Unidos se dedicam, imediatamente, à reorganização de sua economia, sendo de vital importância, para isso, a recuperação de seus mercados, de modo especial aqueles localizados na área de sua influência econômica, como eram os mercados latinoamericanos.

Assim, por intermédio de certos organismos internacionais, e escudados em estudos sobre aspectos econômicos da América Latina, teóricos do desenvolvimento capitalista, fizeram crer e aceitar, como válida, nas classes dirigentes desses países, a tese de que as relações de produção não capitalistas, muito embora existentes no meio rural, eram as causadoras da não expansão do mercado interno, consumidor dos produtos que, de maneira crescente, o setor industrial produzia.

Esta situação se devia, do ponto de vista capitalista, ao fato de existir nesses países um setor rural, tradicional e atrasado — sem nenhuma possibilidade de desenvolver-se, a menos que se ajudasse a fazê-lo ; em contraposição com um setor moderno e em vias de alcançar um nível de desenvolvimento cada vez maior.

Por isso, era indispensável por parte dos governos da região, a implementação de uma política dirigida à transformação desse meio rural atrasado, o qual permitiria uma abertura maior do mercado, mas isto só seria possível alcançar, mediante a modernização da agricultura, em outras palavras, mediante a modernização das forças produtivas e, por conseguinte, das relações de produção.

Desde esse momento, a expansão do capitalismo norte-americano em sua fase de pós-guerra envolveu toda a área da América Latina em um amplo movimento de mudança, dirigido à consolidação das relações de produção capitalista ou, ao menos, para provocar alterações em outras relações já existentes a fim de lograr impor as primeiras.

Para conseguir esta ação de mudança, estribava-se em uma fundamentação teórica (a sociedade dual), existindo uma estratêgia política que a implementava (a modernização) e contava-se, ainda, com o instrumento técnico e metodológico para concretizá-la (a Extensão Rural).

Desta forma, no meio rural latinoamericano, a agricultura como provedora de alimentos e de matéria-prima de origem agrícola, porém, escassos naqueles momentos, converteu-se no centro para onde convergiam as forças que dinamizavam o processo de expansão capitalista por meio da modernização.

2 - A TESE CENTRAL

No caso específico da Venezuela, a política de modernização tem sido considerada pelas classes dirigentes do país, como condição "sine qua non" para solucionar os problemas de um setor agrícola que, segundo alguns idealistas do deseenvolvimento a serviço do Estado, não tem conseguido acompanhar ao crescimento econômico alcançado em outros setores, como é o caso do setor industrial, pelo simples motivo de que o camponês venezuelano não se acha capacitado para receber e adotar a nova tecnologia agrícola.

Disto surge que, com relação ao papel do agrônomo diante desta problemática, tem-se que considerar o seguinte:

- que longe de receber uma formação acadêmica integral;
- amparada no conhecimento objetivo das verdadeiras causas do entravamento rural venezuelano;

- constituindo-se desta forma num elemento importante na configuração de um meio rural mais justo;
- que ofereça às massas camponesas as mínimas condições materiais;
- permitindo-lhes realizar-se integralmente, passando a ser donas do produto de seu esforço;

e eis aqui a hipótese central: nosso profissional de agronomia vem recebendo uma formação acadêmica dirigida à reprodução das relações de produção capitalistas imperantes no meio rural venezuelano.

3 - OBJETIVOS DO TRABALHO

A partir da problemática anterior, o trabalho tem como objetivos:

- a - Verificar até que ponto a modernização, fundamentada na teoria da sociedade dual, vem influenciando nas decisões tomadas pelo Estado com relação às políticas agrícolas;
- b - Verificar em que medida, a atual política do Estado está orientada para a implementação da modernização no setor agrícola;
- c - Verificar até que ponto o "curriculum" a ser cumprido na formação do engenheiro agrônomo, está sendo orientado para fazer dele um agente da política de modernização.

4 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Para alcançar os objetivos propostos, procurar-se-ã discutir o caso específico do ensino especializado na forma -
ção do engenheiro agrônomo por parte da Faculdade de Agrono -
mia da Universidade de Zulia, Maracaibo - Venezuela ; necessi -
tando, por isso, a consulta e análise de uma sêrie de documentos que nos permitiram uma visão total do problema.

Acha-se conveniente esclarecer que o presente trabalho não pretende, em instante algum, exaurir a revisão de tudo que se tem escrito em matéria de sociedade dual, modernização ou mudança social na América Latina, para depois, no final, emitir conclusões a respeito do que se deve ou não entender e fazer em relação a estes temas polêmicos do pensamento sociolôgico.

Para tal fim, no Capítulo I , tratar-se-ã de colo -
car os fundamentos teóricos básicos que nos permitirã discutir de que forma a tese da sociedade dual e os conceitos de modernização e mudança social, foram elaborados com a finalidade de propugnar pela consolidação das relações de produção capitalistas no meio rural latinoamericano.

No Capítulo II , procurar-se-ã caracterizar o setor agrícola venezuelano nos momentos atuais, como também assinalar alguns aspectos da política que, sobre o setor agrícola, a pesquisa agrícola, a educação agrícola, a ciência e a tecnologia, estão contidas no V Plano da Nação, como instrumento englobador das diretrizes essenciais do desenvolvimento econômio.

co e social da República durante o período de 1976 a 1980, com provando, de certa forma, o que se formulou teoricamente no Capítulo I.

Por último, no Capítulo III, mediante a análise dos programas vigentes na Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, procurar-se-á comprovar como, através da formação a cadêmica recebida, o engenheiro agrônomo é orientado para atender os reclamos exigidos pela política de modernização, constituindo-se num elemento fundamental na estratégia analisada nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO

Neste Capítulo, procurar-se-á uma justificação teórica para a análise da tese central do trabalho.

1 - A SOCIEDADE DUAL: UM TRAUMA DA AMÉRICA LATINA

Considerando-se a política de modernização como um elemento a mais na reprodução das relações de produção capitalista no meio rural latinoamericano ou do capitalismo em geral, é conveniente recordar que este constitui toda uma formação histórica global.

Como tal, esta formação tem como fundamento uma estrutura característica que se desenvolve em torno da propriedade privada dos meios de produção e da disponibilidade da força de trabalho por parte de um numeroso contingente humano, tudo isto associado a uma utilização crescente dos recursos que a ciência e a técnica colocam à sua inteira disposição.

Por capitalismo, não somente pode ser entendido como o conjunto dos objetos de trabalho, de meios de produção, ou de subsistência, como também torna-se necessário que estes elementos estejam ligados a determinadas relações de produção.

Outro aspecto importante a considerar, é que, sendo um trabalho acumulado, o capital pressupõe a relação com a força de trabalho viva que multiplica seu valor dando lugar à mais-valia, e, esta, por sua vez, atua como estímulo na produção de maior mais-valia nos ciclos de reprodução dentro de um contexto social determinado, no qual o crescimento da produção do trabalho alcança altos níveis devido à rica composição técnica das forças produtivas, e disto surge a importância da política de modernização.

Em um contexto social com tais características, como é o caso da América Latina, é bem clara a contradição básica do capitalismo: o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação dessa produção. Isto quer dizer que a apropriação individual e privada, tanto do excedente econômico como dos meios de produção, em um momento determinado entra em contradição com o trabalho, ou seja, a riqueza social produzida pelo trabalho da maioria da população, é apropriada em proporções cada vez maiores por uma minoria de indivíduos.

Esta, em poucas palavras, tem sido a origem da composição das classes no contexto social latinoamericano: por um lado os que têm a propriedade dos meios de produção e por outro, os que se vêem na obrigação de vender seu trabalho, se

ja manual, técnico ou intelectual.

No caso da América Latina, onde o sistema capitalista é, além de tudo, dependente e subdesenvolvido, tal contradição gerou a crescente marginalização que caracterizava o setor agrícola, onde permaneciam formas de produção do tipo colonial e que foram mantidas pelo modo de produção dominante, a fim de manter uma estrutura de exploração econômica e de dominação ideológica política por parte dessa minoria dominante aliada ao capitalismo estrangeiro.

Contudo, ocorre que estas formas consideradas atrasadas e de origem colonial, (parceria, arrendamento, etc.) constituem-se em um determinado instante, num elemento que obstaculiza e inibe o processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, sobretudo no que se refere às relações de produção; disto surge a necessidade de que os trabalhadores diretos sejam despojados de todo tipo de propriedade dos meios de produção, porque para o desenvolvimento capitalista, essas relações de produção poderiam constituir-se em obstáculos para seu desenvolvimento, sendo conveniente, então, uma ação de mudança voltada à sua substituição por outras.

Para substituir estas relações de produção atrasadas teve-se como pressuposto, atribuir o estado de atraso econômico de uma região, às características psicológicas de seus membros, porquanto, a mudança se encontraria através da motivação, isto é, despertando o interesse das pessoas para elevar suas aspirações.

Estas forças psicológicas eram consideradas como suficientes e necessárias para se conseguir uma mudança de atitude no modo de pensar tradicional, pois, como diz DUNCAN (1964:4) "não estamos interessados apenas em ensinar e assegurar a adoção de determinada prática recomendada, interessa-nos a mudança de mentalidade do agricultor. (...) ensinar o homem do campo a pensar", ou como enfatiza MAUNDER (1973:8), "para lograr uma aceleração marcante e firme da produtividade agrícola, é necessário romper com as atitudes tradicionais visando à mudança".

Na verdade, assim foram concebidos os programas de extensão agrícola para a América Latina. Ao mesmo tempo que visavam a necessidade de uma mudança tecnológica, centrada na modernização do setor agrícola que elevaram os índices de produção e de produtividade, o conceito de mudança era visto como a transformação das relações técnicas (mudança tecnológica) mas, que, na realidade, significava uma mudança de atitude por parte de certos setores da população rural; por isso, o modelo de mudança estava ligado a uma concepção psicológica.

Para PINTO (1972:17-18) "esta concepção de que a mudança dá-se quando se muda a mentalidade da gente, obedecia a uma redução que faz explicar a realidade social pelo elemento psicológico, onde as idéias ou concepções das pessoas são suas atitudes ou motivações as que definem a realidade social e mudando-se aquelas, esta também será mudada".

Ou seja, a realidade social não era entendida, se-

gundo PINTO (1972:30) como "o conjunto de processos e relações entre processos que conformam uma totalidade, cuja existência não depende da consciência ou percepção humanas e cuja dinâmica é dada pelas contradições que constituem a mesma essência destes processos".

A estrutura social também, é uma totalidade de partes em relação dialética entre si, das quais alguns níveis exercem sobre outros uma relação de determinação. Esses níveis são: o nível de produção, que constitui a base da estrutura; o nível jurídico-político e o nível ideológico, que formam a superestrutura.

Considerando-se que a atividade fundamental que o homem exerce, é aquela orientada para a produção de bens destinados à satisfação de suas necessidades primárias ou vitais, logicamente é o nível produtivo que determina todo o resto da estrutura, em outras palavras, os níveis jurídico, político e ideológico se fundamentam na forma de como se encontram os homens com relação a sua participação na propriedade e como se faz o controle dos meios de produção em um determinado contexto social.

As contradições que, historicamente, ocorrem internamente e entre os níveis distintos, dão lugar à mudança, a qual tanto pode ocorrer em nível de superestrutura, como é o caso de mudança de atitudes ou nas relações tecnológicas a que nos estamos referindo, como a nível de estrutura, como é o caso das relações de produção e onde, em última instância, deve-

se concentrar uma estratégia de mudança.

No caso latinoamericano, a mudança perseguida pelo capitalismo, através de modernização, situa-se a nível de superestrutura, ou seja, a mudança de atitudes por parte dos agricultores ; considerando as atitudes e as motivações como definidoras da realidade social, é fácil deduzir que atitudes contrárias à mudança são características inerentes ao tipo de sociedade atrasada economicamente ou tradicional.

Em face disto, os estudos acerca da realidade social latinoamericana foram enquadrados dentro do contexto do subdesenvolvimento econômico que caracterizava estes países , pois este era reduzido a um estado de atraso tecnológico; entre essas teses ou interpretações das mesmas, comentar-se-á a aquela que, considera-se a mais importante e na qual se fundamenta toda a posterior ideologia modernizante do meio rural. A tese referida é aquela que considerava os países da América Latina como sociedades duais.

Segundo esta concepção, nos mencionados países existem duas sociedades com características diferentes e, até certo grau, independentes:

- a - Uma sociedade "tradicional", tipicamente agrária, estagnada e retrógrada, de origem colonial; que não muda ou se muda, é lentamente devido a pressões condicionantes externas, ou seja, devido a alterações provindas da sociedade "moderna", constituindo um obstáculo ao desenvolvimento econômico; e,

b - Uma sociedade "moderna", tipicamente industrial, dinâmica, progressista e em desenvolvimento, aberta para as mudanças, gerando suas próprias transformações e constituindo-se, desta forma, em um foco de desenvolvimento econômico.

Em outras palavras, na sociedade "tradicional", os agentes sociais realizam um número restrito de atividades econômicas cuja característica é a baixa produtividade e nela a estabilidade econômica e social mantêm-se por longo espaço de tempo ; na sociedade "moderna", pelo contrário, os agentes sociais realizam atividades econômicas as mais diversas e com uma alta produtividade, por isso mesmo as mudanças são contínuas.

A este respeito, comenta IANNI (1976:51) "no século vinte, depois da Segunda Guerra Mundial, essa perspectiva analítica readquiriu prestígio e difusão, passando a ser amplamente utilizada. Esta nova época de prestígio do abordamento dualista, todavia, foi (e também é) bastante influenciada pelas análises dos economistas. Estas análises chegaram às nações latinoamericanas acompanhadas do prestígio institucional e científico conferido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e as entidades filiadas a ela, como UNESCO e CEPAL".

Estes dois tipos de sociedade, elaborados pelos teóricos do desenvolvimento econômico capitalista, são concebidos como níveis ou estados na evolução social, em que a sociedade "tradicional" é vista como o estado inicial e a socieda-

de "moderna" como o estado a ser alcançado.

Em vista disso, para GERMANI e LERNER, as sociedades modernas do momento atual, originam-se a partir do progresso tecnológico que se iniciou com a Revolução Industrial acontecida na Inglaterra no século XVIII ; desta forma, as sociedades anteriores e as que atualmente não têm chegado a tecnificar-se, são consideradas como tradicionais.

Para HAGEN e McCLELLAND, o aspecto econômico é mais definidor, ao considerar as sociedades tradicional e moderna, como estados de crescimento econômico alcançado pela sociedade nas diferentes épocas históricas, portanto é possível que as sociedades tradicionais da atualidade transformam-se em modernas através do crescimento econômico.

É evidente que, ao considerar-se esses tipos de sociedade como estados da evolução social, pressupõe-se que elas existam como unidades independentes no tempo e no espaço. Portanto, os estágios de atraso ou de progresso que apresentam os países em processo de desenvolvimento, devem ser identificados e estudados nas características internas e particulares a cada um, sem ter que fazer referências às relações existentes entre tais países.

Um representante desta corrente, LAMBERT (1974:63) diz textualmente que "o aparecimento de uma sociedade dualista, tal como se encontra hoje em muitos países chamados subdesenvolvidos, não é, pois, uma consequência inevitável do desenvolvimento econômico, nem da concentração regional excessi

va desse desenvolvimento: é antes consequência das condições particulares nas quais ele se processa".

Se, para a década de 50, em pleno auge desenvolvimentista, os cientistas sociais latinoamericanos desenvolveram uma atitude crítica diante dos modelos teóricos externos, também é verdade que tal atitude não foi mais além do que julgou essencial para aquele momento. Unida a esta crítica, faltou a análise objetiva e profunda das verdadeiras causas do subdesenvolvimento, a tal ponto que as análises teóricas e empíricas continuaram tendo como centro de atenção o estudo das sociedades ou estruturas "tradicionais", consideradas como as verdadeiras causadoras do sub-desenvolvimento latinoamericano.

A partir deste ponto de vista, podemos adiantar que o esquema conceitual em que se fundamentou toda a estratégia portadora de modernização da atividade agrícola, partiu, digamos assim, de pressupostos errados, como já se começa a perceber ao ser considerados os dois tipos de sociedade, tradicional e moderna, como estados na evolução social.

Deve-se ressaltar que modernização e desenvolvimento são modelos distintos do processo de mudança social, uma coisa não é causa da outra, como supunham os teóricos da modernização que iria acontecer. Se entendermos por modernização o processo pelo qual uma sociedade adota padrões de consumo, de comportamento, de instituições, valores e idéias de sociedade mais avançadas; o desenvolvimento, implica mudanças estruturais, que alteram basicamente o perfil de sua estru-

rais, que alteram basicamente o perfil de sua estrutura econômica e social.

No caso da América Latina, tratou-se de impor, e assim foi, o primeiro modelo visando a conseguir o segundo, o que não chegou a ser realizado por causa do caráter etnocêntrico do conceito que se tinha de modernização que, como bem diz COSTA-PINTO (1967:194) "uma sociedade é considerada tanto mais moderna quanto mais se assemelham seus padrões de consumo e de comportamento, seus sistemas de valores e de idéias aos de Londres, Paris ou Nova York, tendo-se por explicitamente estabelecido, por muito tempo, que esses padrões eram necessariamente modelares".

Já em 1965 STAVENHAGEN comentava sobre o equívoco, erradas e ambíguas que eram as teses que tratavam de explicitar os problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico a, além disso, sua aceitação por parte dos setores intelectuais da região, "ainda que, os fatos desmentissem tais interpretações e os estudos realizados comprovavam sua falsidade, adquirindo tais teses um caráter dogmático".

Entre essas teses se encontrava, como era de se esperar, a tese da sociedade dual e a este respeito, STAVENHAGEN (1974:117) afirmava que "se é certo que nos países latino-americanos existem diferenças entre as zonas urbanas e rurais e, que, se em algumas zonas atrasadas e isoladas, existem grandes latifúndios, nos quais as relações sociais e de trabalho entre os camponeses e o proprietário têm todas as caracterís-

ticas de servidão, tais discrepâncias não justificam o emprego do conceito de sociedade dual pelos motivos seguintes:

- a - porque os dois polos são o resultado de um único processo histórico, e,
- b - porque as relações mútuas que mantêm entre si as regiões "arcaicas ou feudais" e as "modernas ou capitalistas", representam o funcionamento de uma única sociedade global da qual ambos plos são partes integrantes.

É evidente que o processo histórico e a sociedade global a que se refere o autor, é para o processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial e para a sociedade capitalista, respectivamente; processo que no âmbito latinoamericano gerou um polo atrasado ao lado de um polo moderno, em outros termos, a sociedade "tradicional" não é a causa, mas sim uma consequência, entre outras, do desenvolvimento capitalista.

Identificar ao subdesenvolvimento como um estado de atraso, pré-existente ao estado de desenvolvimento, significa uma contradição histórica, pois, é altamente sabido que tanto as regiões desenvolvidas como as atrasadas, são produto da diferenciação de funções nas relações entre elas, estabelecidas a partir da expansão do sistema capitalista-mercantilista do século XIX, em outras palavras, o que define historicamente o estado de subdesenvolvimento, é o tipo de relações estabelecidas entre os países capitalistas-mercantilistas e as regiões alcançadas por sua expansão.

Por outra parte, desenvolver-se uma sociedade significava alcançar um certo nível de progresso, tomando como modelo as sociedades desenvolvidas, modernas e industrializadas da atualidade, para o que seria necessário que, previamente, se eliminassem os obstáculos sociais, políticos, culturais, etc., segundo SANTOS (1977:15), tal modelo de sociedade desenvolvida "é o resultado de uma abstração ideológica (porque formal e, portanto, a-histórica)".

Segundo o autor, se os modelos conhecidos de sociedades desenvolvidas eram — e nisto concorda com COSTA-PINTO, os Estados Unidos, Europa, Japão e União Soviética, a cujos níveis pretendia-se chegar, era pretender que, na América Latina, se repetisse a experiência histórica desses países, em outros termos, seria possível reduzir o desenvolvimento a um modelo formal cujo conteúdo era passível de variação histórica.

Esta suposição, segundo SANTOS, não tem nenhuma validade científica, porque se funda em princípios não históricos, ou seja, não há nenhuma possibilidade histórica de que se constituam sociedades que alcancem o mesmo estado de desenvolvimento tal como o daquelas já desenvolvidas.

Isto é assim, explica SANTOS (1977:16), "porque o tempo histórico não é linear, isto é, não há possibilidade de que uma sociedade se desloque até etapas anteriores de sociedades já existentes. Todas as sociedades movem-se paralelas e juntas até uma nova sociedade. Por exemplo, as sociedades

capitalistas desenvolvidas correspondem a uma experiência histórica completamente superada, cujas condições historicamente específicas não se podem repetir hoje em dia".

Logo, para SANTOS, resulta impossível atingir uma explicação dos problemas latinoamericano caso se continue limitando o enfoque às resistências econômicas, sociais, políticas, culturais e instituições da sociedade "tradicional". Portanto, deve-se centralizar a análise, não em uma relação abstrato-formal entre dois estágios (tradicional v.s. moderno, capitalismo v.s. feudalismo), mas, sim, no modo de ser destas sociedades concretas, historicamente formadas, que são as sociedades subdesenvolvidas.

Para terminar, SANTOS afirma que o desenvolvimento enfim, não é uma questão técnica, nem tão pouco, uma transição dirigida por tecnocratas e burocratas até uma sociedade definida como modelo, mais ou menos fundamentado na abstração formal de experiências passadas.

Vê-se, pois, segundo o comentado anteriormente, que a sociedade dual era representada como uma suposta confrontação entre as relações sociais de produção feudais, todavia vigentes na América Latina e as relações sociais de produção capitalistas, como também a forma em que dita tese se constituiu em um instrumento de penetração, pois, logicamente, ao serem consideradas as primeiras como um obstáculo ao desenvolvimento, deveria ser substituídas pelas segundas e assim, dar lugar ao capitalismo progressista, desenvolvido pelas classes sociais

dominantes em favor do país como um todo.

Após esta perspectiva teórica, passar-se-á de imediato ao estudo da estratégia política da modernização.

2 - A MODERNIZAÇÃO E A REDENÇÃO CAMPONESA

Se a evolução social era considerada, teoricamente, como a passagem de um estado tradicional para um moderno, restaria agora, explicar como se dá esta passagem e como isto poderia acontecer dentro do contexto latinoamericano.

É assim, e em harmonia com a exigência objetiva do capitalismo, que se desenvolve na América Latina toda, uma estratégia ideológica de mudança social definida em termos de modernização e que consistia na transformação de uma sociedade do estado tradicional para o moderno, ou seja, na eliminação daquelas formas arraigadas que impediam um desenvolvimento capitalista acelerado, tanto a nível de relações de produção como a nível de organização e ideologia.

Este conceito de modernização, tal como é empregado nesse contexto histórico e ao qual já nos referimos anteriormente, é sinônimo do conceito de desenvolvimento, pois, supõe que a introdução do progresso técnico resulta em um crescimento da renda real que beneficia igualmente a todas as camadas de população.

Segundo esta perspectiva, a modernização significa mudanças econômicas, políticas e sociais que, segundo os

fundamentos da sociedade dual, podem ser definidos antes que ocorram em uma sociedade, pois, as sociedades desenvolvidas e modernas da atualidade já passaram por esta experiência, portanto, nas atuais sociedades subdesenvolvidas, é lógico que o corra o mesmo processo, sempre e quando sejam eliminadas as características tradicionais internas.

Mas, acontece que, no contexto da América Latina, devido à sua situação de dependência estrutural, são as classes dominantes que controlam o sistema produtivo e político, as que se apropriam dos excedentes que o desenvolvimento capitalista produz e, por isso, não se eleva em momento algum o nível de vida dos trabalhadores, embora as organizações trabalhistas tenham conseguido algumas reivindicações salariais.

Segundo as tendências históricas do desenvolvimento e da mudança na América Latina, a modernização não significa uma condição suficiente para atingir o desenvolvimento integral ; pelo contrário, a modernização tecnológica coopera para uma maior apropriação por parte do sistema internacional. De fato, tal política tem estimulado o processo de exploração das massas trabalhadoras do meio rural ; no setor agrícola, ela tem aumentado o número de desocupados que não podem ser absorvidos pelo setor industrial devido ao crescimento deformado que se apresenta por causa da dependência externa dos países.

Debaixo desta perspectiva da modernização, criou-se em junho de 1948, a Comissão Econômica para a América Latina

(CEPAL), por influência da Organização das Nações Unidas (ONU) e da qual forma parte, tendo como meta principal a de promover o desenvolvimento econômico da mesma.

A solução dos problemas, segundo a CEPAL, estava na diversificação das economias dos países latinoamericanos, na industrialização e desenvolvimento de seus recursos naturais, e no melhoramento e modernização de sua produção agrícola. Em relação a esta última, mostrava que o desenvolvimento da agricultura achava-se retardado, entre outras causas, pela insuficiência de conhecimentos técnicos e por falta de máquinas e ferramentas agrícolas.

Como podemos observar, a CEPAL dá ênfase ao aspecto da modernização da produção agrícola e ao baixo nível de conhecimentos técnicos por parte dos agricultores.

Para solução destes problemas, a CEPAL (1948:17) recomendava "empreender um estudo preliminar acerca dos elementos, meios e facilidades, técnicos e administrativos, dos países da América Latina e das atuais possibilidades a respeito, incluindo-se referências ao adestramento técnico, devendo ser organizadas listas de organizações que pudessem prestar colaboração técnica, incluindo-se as instituições de caráter internacional criadas com esse objetivo; as instituições nacionais que tivessem oferecido facilidades com o mesmo fim e os principais organismos privados que pudessem prestar semelhante ajuda".

Desde este instante e através de um instrumento ins

titucional, aprovado pelos governos de vinte repúblicas latinoamericanas e, além disso, com a "cooperação desinteressada" da ONU, inicia-se uma das estratégias ideológicas mais sensacionais em toda a história do desenvolvimento capitalista na América Latina.

Existia uma sociedade "tradicional" que devia ser transformada em moderna ; existia um setor agrícola atrasado que deveria ser aperfeiçoado e para se conseguir isto, contava-se agora com a "benevolência e boa vontade" do governo norte-americano o qual punha à inteira disposição de nossos governos, toda a sua capacidade técnica, administrativa e financeira, elementos básicos para iniciar um processo de desenvolvimento econômico que nos colocaria em lugar de destaque ante o mundo moderno e desenvolvido.

Contando com esse prestigioso "aval" que representava a ONU no mundo capitalista e por intermédio da Organização de Estados Americanos (OEA), instrumento de penetração capitalista na região, os governos latinoamericanos aceitam e põem em prática, sem nenhuma prévia discussão, tudo o que, em matéria de planificação econômica, para o setor agrícola, lhes chegava dos centros de decisão com sede, logicamente, nos Estados Unidos.

Como bem disse LOSADA (1976:165), "(...) os representantes conservadores e reformistas das duas Américas trocam idéias e iniciam a elaboração de programas agrário, é nas reuniões da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde e-

les adquirem forma definitiva. Lá, precisamente nesse centro onde se concentram, sob a direção dos Estados Unidos, as linhas básicas da política latinoamericana das classes dominantes em ambas Américas, lá se antecipam e proclamam as idéias diretrizes que a nação do norte lançará como linha agrária para a América subdesenvolvida".

A estratégia modernizante foi seguindo dois caminhos em sua implementação:

- a - via direta, isto é, através do Programa de Cooperação Técnica dos Estados Unidos; mediante as constantes visitas à região das famosas "missões técnicas", que em viagem de "boa vontade" se tornaram características na década de 50 ; tais missões eram integradas por personagens qualificadas como os mais entendidos em matéria de planejamento agrícola.
- b - via indireta, em vista de uma maior difusão, ou talvez, para não ferir susceptibilidades nacionalistas, a modernização do setor agrícola passou a ser realizada no próprio país, por intermédio de agências ou departamentos de extensão agrícola criados para tal fim nos Ministérios de Agricultura e nas Faculdades de Agronomia das Universidades, seguindo sempre as diretrizes que segundo os organismos internacionais (OEA , FAO , IICA e outros) eram as mais convenientes para cada região.

Desde então, nos países latinoamericanos, as Faculdades de Agronomia passaram a desempenhar um papel fundamen -

tal na realização da estratégia modernizante, convertendo - se em autênticas "fábricas" de agentes da mudança tecnológica e, além disso, em sedes de numerosos acontecimentos de caráter internacional, onde os temas preferidos para serem analisados e discutidos eram a educação agrícola, a extensão agrícola, o desenvolvimento das comunidades, etc.

Foi assim que em 1958, celebrou-se no Chile, a Primeira Conferência Latinoamericana sobre Educação Agrícola Superior, supervisionada pela FAO - IICA e na qual, segundo o INFORME (1958:19-21), consideravam-se as Faculdades de Agronomia da América Latina como "instituições educativas que teriam um papel fundamental para desempenhar no desenvolvimento da agricultura e da vida rural ; seus fins e seus princípios deviam abranger uma concepção mais ampla da responsabilidade educativa das Faculdades em quanto propiciavam o desenvolvimento científico, técnico, econômico e social".

Entre os princípios aprovados que refletiam as condições e necessidades da época e que deviam guiar ao desenvolvimento da Educação Agrícola Superior, entre outros, mostravam que a Faculdade de Agronomia, como parte integrante da Universidade, devia ser uma instituição destinada a despertar e estimular o espírito, o método e a ambição científicos, considerando-se assim como representatividade da Universidade em suas funções básicas de adiestramento e investigação, destinadas a produzir o bem-estar da população rural do país inteiro.

À medida que a América Latina orientava-se para

o desenvolvimento técnico e científico que caracterizava a época, a Faculdade de Agronomia deveria situar-se na vanguarda da promoção de todas as atividades dirigidas a alcançar este objetivo no campo da agricultura e da vida rural.

Em relação à preparação de seus profissionais, estes deviam atuar como empresários e administradores dos recursos na turais da nação, participando ativamente no desenvolvimento e econômico do país e na aplicação das ciências e tecnologia na agricultura.

Em síntese: faculdades e agrônomos a serviço da tec nologia agrícola capitalista.

Com a criação da CEPAL e com a celebração da Primei ra Conferência Latinoamericana de Educação Agrícola Superior, construiu-se, por assim dizer, as bases ideológicas para a in tervenção modernizante no meio rural latinoamericano; sô fal tava agora o desenvolvimento de um processo que traduzisse em prática e esta foi também um ponto visado pela CEPAL: a ex tensão rural ou agrícola.

3 - EXTENSÃO RURAL OU EXTENSÃO DO CAPITALISMO?

Deve-se esclarecer que até os fins da década de 50, a disciplina que tratava sobre os aspectos sociais, culturais etc. da população camponesa, ministrada nas Faculdades de Agro nomia, era a Extensão Rural ou Agrícola. Sendo considerada co o fundamental na constituição do currículo e na modernização

da agricultura, a Extensão se converteu na razão de ser para os que saíam das Faculdades de Agronomia.

Além disso, nos numerosos encontros que se realizavam com relação a assunto latinoamericano, a Extensão Rural e ra o principal centro de interesse, onde se poderia encontrar a solução final dos problemas da agricultura e da população camponesa.

Em decorrência disto, apareceram: a celebração em Costa Rica (1949) do Primeiro Seminário de Extensão Rural, se guido pela celebração no Brasil (1959) do Seminário Sulamericano de Extensão Rural e no México (1963) houve o Seminário para a Zona Norte da América Latina, todos supervisionados pe la FAO e não pretendiam outra coisa senão a reafirmação dos princípios da Extensão Rural norteamericana e com estratégias traçadas antecipadamente pelos organismos patrocinadores.

A Sociologia Rural, como tal, sô passou a tomar par te nos currículos da maioria das Faculdades de Agronomia, na década de 60, quando já era evidente o fracasso dos programas de extensão, mais, isto não quer dizer que com a inclusão des ta ciência social na formação do agrônomo, chegaria-se a uma melhor interpretação da problemática rural e, portanto, a reconsideração dos princípios e objetivos da Extensão Rural, ao contrário, os princípios de Sociologia aplicados também vinham impregnados da ideologia capitalista modernizante.

Como afirmava IANNI (1976:43), "no presente, em especial depois da Segunda Guerra Mundial, a influência predomi

nante é exercida pela Sociologia dos Estados Unidos. Portanto, a hegemonia norteamericana sobre a América Latina não se limita às relações econômicas, políticas e militares. Ela se estende também à esfera da cultura artística e científica".

Se o que se pretendia era uma mudança tecnológica, os objetivos fundamentais dos programas de Extensão Rural na América Latina, eram atingir uma modernização da agricultura, mediante a incorporação de uma técnica agrícola avançada. Por isso o papel a ser desempenhado pelo Agente de Extensão ou Ex tensionista reduzia-se a transmitir à população camponesa, uma série de conhecimentos tecnológicos aprendidos durante o processo de sua formação e posterior prática profissional.

Devido à sua importância, era necessária uma participação mais dinâmica da Extensão Rural no desenvolvimento so cial e econômico dos países, a fim de "melhorar as condições de vida do produtor rural e de sua família e o crescimento ge ral da economia".

Desta forma, seguindo os princípios de mudança tecnológica, nos meses de novembro e dezembro de 1970 se realizou no Peru, a Conferência Técnica de Extensão Agrícola e Juventude Rural, sob os auspícios da FAO e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e já de início, nos discursos de abertura, os principais promovedores da Conferência, segundo o INFORME FINAL (1971:8-10) manifestavam "que era aspiração da FAO que a Conferência, que reunia pela primeira vez delegados dos serviços de extensão de todos os países

ses da região, produzissem uma maior adequação destes serviços para as necessidades e situações do amplo setor de camponeses e pequenos agricultores".

Manifestava também "que o desenvolvimento da América Latina deveria ser tratado como um processo de mudança estrutural que implicaria não sô o aumento da produção, como também, modificações em suas instituições. Era preciso, outrossim, dar-se um impulso maior ao processo de Reforma Agrária Integral, com a finalidade de eliminar os sistemas de latifúndio e minifúndio". Eram estas as aspirações da FAO por intermédio de Enrique Summer, representante do Diretor Geral de tal instituição.

Estava claro que a modernização da agricultura através dos serviços de extensão agrícola, deveria ser dirigida ã aquele amplo setor de agricultores, camponeses e pequenos lavradores, que não estavam capacitados para receber a nova tecnologia, ou seja, aos supostos representantes da sociedade "tradicional" ; por outro lado, suspirava-se por uma Reforma Agrária Integral que eliminaria os sistemas ou restos feudais, demonstrava o interesse de estabelecer ou fortalecer as relações de produção capitalista, pois, as primeiras, como já era sabido, eram um obstáculo ao desenvolvimento; poderia ser, também, que tal iniciativa como opinam vários autores, tinham como intenção evitar possíveis tensões sociais no meio rural e que se transformariam em movimentos revolucionários ao estilo cubano.

Outro patrocinador da Conferência, o representante do PNUD, o peruano Enrique Ezcurra, segundo o INFORME FINAL (1971:11), manifestava seu convencimento de que "a capacitação dos agricultores era o elemento chave do desenvolvimento". Aceitando a crença "já manifestada por Raúl Prebisch e outros notáveis economistas do Continente, de que sem o uso maciço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, não haveria desenvolvimento agrícola e que sem um avanço agrícola em todos os níveis, desde o humilde agrupamento até as sedes ministeriais, tal uso da ciência e da tecnologia seria impossível".

Já com estas idéias preconcebidas, pode-se bem imaginar o restante do planejamento contido no Informe Final, onde, entre outras coisas, procura justificar toda a filosofia da Extensão Rural, utilizando, às vezes, claros conceitos malthusianos e onde se deixa ver claramente a posição que deveriam assumir e sustentar os governos, as multinacionais e os organismos internacionais interessados na problemática rural latinoamericana.

Desta forma, os governos deveriam reconhecer o fato de que o desenvolvimento econômico dos países da região não poderia consolidar-se sem antes ter resolvido numerosos problemas que concerniam, direta ou indiretamente, ao setor agropecuário e que as atividades deste setor caracterizavam-se por sua escassa produtividade, resultante de uma agricultura tradicional, sobretudo de subsistência, na qual a moderna tecnologia estava apenas em vias de introdução.

As multinacionais, fazia ver, que os novos métodos e técnicas para incrementar a produtividade, reclamavam o uso cada vez mais intensivo de equipamentos e insumos de alta eficiência, tais como sementes, fertilizantes, pesticidas, alimentos concentrados, remédios para o gado, implementos e ferramentas. Aconselhando-se que para obter o desenvolvimento que buscavam, era necessário que estes equipamentos e insumo essenciais fossem acessíveis e estivessem ao alcance dos camponeses nos próprios centros de produção.

Finalmente, para os organismos internacionais, em vista da escassez de profissionais da agronomia na área de Extensão Rural a Conferência julgava conveniente solicitar a assistência externa e onde, organizações internacionais tais como a FAO, o Fundo Especial das Nações Unidas (FENU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros, poderiam proporcionar a assistência técnica necessária representada por consultores qualificados, bolsas de estudos para a formação do pessoal local, etc.

Diz PINTO (1972:43) que "diante deste conceito de mudança, ou seja, a nível de estrutura, se a Extensão Rural é planejada como estratégia de mudança e uma dinâmica do desenvolvimento rural, parece evidente que não se pode aceitar como sua, a estratégia de modernização, dadas as suas deficiências teórico-práticas e seu fracasso como experiência de mudança".

Na realidade, depois de mais de vinte anos que foi

posto em prática o modelo de mudança tecnológica, as condições de desigualdade econômica e social não só têm-se mantido constantes, como também, em alguns aspectos, tornaram-se mais agudas, levando as grandes massas menos favorecidas de meio rural a uma situação de incrível exploração e miséria.

Diante das críticas, os teóricos da modernização e da transformação tecnológica consideram, que se a Extensão tem fracassado é devido, segundo o INFORME FINAL - FAO (1971:62) ao fato de que "os serviços de Extensão estão administrados e supervisionados por profissionais que nunca tiveram oportunidade de obter uma orientação atualizada no campo da Extensão em termos de capacitação e experiência".

A maneira de autocrítica, entre os representantes responsáveis pelo fracasso dos programas de Extensão Rural, encontram-se os próprios extensionistas, sociólogos, educadores, políticos, economistas, peritos internacionais e outros, por uma ou outras razões, sendo que a omissão do aspecto social em tais programas foi o denominador comum.

Tanto é assim, que, quando se elabora um novo conceito de Extensão, INFORME FINAL - FAO (1971:41), o extensionista é definido como "um agente de mudança tecnológica e social, entendendo-se por mudança social, a transformação do ordenamento ou estrutura da sociedade em todos os aspectos". Além de nos dar um conceito de mudança social bastante ambíguo, em momento algum, o INFORME FINAL explica, ou dá a entender a forma em que se dá a transformação da estrutura social.

Um exemplo recente e por demais patético do que pode chegar a ser uma estratégia ideológica dirigida a fortalecer as relações de produção capitalista no meio rural latino-americano, e, resumindo tudo o que se disse anteriormente, foi a famosa Revolução Verde, destinada segundo seus planejadores e patrocinadores, a "erradicar a fome, a carestia e desnutrição no Terceiro Mundo, por meio da aplicação da tecnologia".

Mas, na realidade, a erradicação da fome nos países subdesenvolvidos era o que menos interessava e sim, iniciar toda uma estratégia orientada à eliminação de um setor da Reforma Agrária, o qual vinha contribuindo de forma significativa na produção de alimentos básicos para a população do México.

Esta situação significava, para os observadores norte-americanos, uma clara ameaça às bases da iniciativa privada no setor agrícola; por isso era preciso um esforço destinado a prestar ajuda às classes dirigentes mexicanas na organização de um setor agrícola capitalista. Tal setor recebeu apoio em termos de capital, assistência técnica, investigação, etc, razão pela qual, o setor da Reforma Agrária não foi capaz de assimilar o impacto capitalista, levando seus beneficiários, os camponeses mexicanos, a retroceder em sua marcha para o bem estar social.

Foi assim que seu executor Norman Borlaugh (Prêmio Nobel da Paz) e sua equipe de pesquisas foram designados para um programa, patrocinado pelas Fundações Rockefeller - Ford, de desenvolvimento de sementes de milho, sorgo e trigo, mais

conhecido pela sigla HYV (High-Yielding Variety): variedades de alto potencial produtivo —, capazes de alcançar altos níveis de produtividade quando são usadas sob excelentes condições ecológicas e mediante aplicação de avançadas técnicas gerenciais e o mais moderno equipamento e maquinaria.

Se o que desejava a Revolução Verde era prover alimentos para o consumo doméstico de grandes massas da população, por trás de toda esta retórica havia algo mais, como seja, acentuar ainda mais as desigualdades sociais em um meio rural já bastante castigado pela indiferença oficial como é o mexicano.

Para FEDER (1977:52) "ainda quando a Revolução Verde significou um grande êxito em termos de produção de grandes quantidades de trigo, milho e sorgo, ao mesmo tempo deu causa a um declínio contínuo do status econômico, social e político das massas e um aumento no diferencial de renda, saúde, nutrição, vestuário e educação entre as classes sociais no setor agrícola do México".

É notório que, quando se chega a uma alta produtividade na produção agrícola como foi a conseguida pela Revolução Verde, faz com que o emprego de tecnologia seja rendoso, dando lugar a um aumento na procura de todos os tipos de insumos agrícolas; esta situação é aproveitada por grandes firmas agrocomerciais, já que se constituem nas únicas que podem oferecer tais insumos; assim, as corporações multinacionais em seu papel de fabricantes dos mesmos, interessavam-se por este

tipo de "revolução agrícola" muito mais do que os países interessados na questão.

Por isso, na opinião de FEDER a Revolução Verde é só um dos elementos da estratégia geral de penetração das nações industriais na agricultura do Terceiro Mundo.

Julga-se agora, ser importante observar que a estratégia de modernização da agricultura pela extensão ou difusão de tecnologia, desempenhou um papel importante na posterior di fusão das HYV , pois em seu redor, os Estados Unidos organizaram um eficiente programa de modernização em cooperação com os governos dos países subdesenvolvidos, para os quais a distribuição de sementes e a assistência técnica "gratuita" por parte dos Estados Unidos, oferece uma condição muito vantajosa e uma oportunidade que não se poderia deixar escapar, a fim de se obter o autoabastecimento em produtos alimentícios.

Mas para FEDER (1977:56) a realidade é outra, o autor é enfático ao afirmar que "(...) a Revolução Verde não é um programa de distribuição de sementes e sim um pacote tecnológico, uma vez que a utilização adequada da HYV requer o uso quase obrigatório de altas inversões de capital em instalações de irrigação e equipamentos, maquinaria sofisticada e assistência técnica e gerencial experimentada ; por isso o pacote de HYV está destinado principalmente para ser usado por produtores comerciais em grande escala e não por produtores camponeses".

Escolheu-se o exemplo mexicano porque, além de sua

grande repercussão no mundo inteiro, nos proporciona um marco de referência de uma situação que bem pode acontecer em todo o contexto latinoamericano quando a empresa privada é obstaculizada por alguma forma de empresa coletiva. Observou-se como um programa de melhoramento de sementes com "fins humanitários", se converte no eixo em torno do qual giram outros fatores importantes como a educação, a pesquisa e a extensão rural desenvolvidas em sua maior parte, pelas instituições universitárias do país.

Esses três fatores, deve-se esclarecer, não atuam em forma isolada, mas formam uma só unidade que se liga com toda uma estratégia previamente preparada pelos interesses econômicos das corporações internacionais e grupos agrocomerciais que monopolizam a fabricação e distribuição dos insumos referidos por FEDER. Neste sentido, a universidade entra no ciclo de reprodução capitalista.

4 - A UNIVERSIDADE COMO PRODUTORA DE REPRODUTORES

Diante desta situação, a política governamental nos países subdesenvolvidos, uns mais, outros menos, é dirigida a superar o atraso econômico dessa "realidade" observada pelos teóricos da modernização, mediante uma mudança cujo modelo a seguir é a própria realidade, ou seja, o modelo da sociedade desenvolvida ; de modo que as ideologias a serem difundidas e as políticas a serem implantadas pelas classes dirigentes re-

presentam, implicitamente, atitudes e comportamentos modernizadores.

Se a modernização é atribuída às classes dirigentes ou às elites dominantes, é lógico que as atitudes tradicionais são atribuídas às massas, em especial às massas atrasadas, resistentes às mudanças; por isto, a necessidade do Estado proporcionar as condições mínimas para que a expansão da ideologia dominante chegue às massas camponesas do setor "tradicional".

A aceitação e adoção de determinadas ideologias externas, pelas classes dominantes dos países subdesenvolvidos, segundo Vasconi, citado por SILVA e SONNTAG (1976:113) "implica basicamente em duas funções principais:

- a - levantar toda uma superestrutura a qual legitima sua relação de classe dominante local com o "centro dominante internacional".
- b - logo, já na ordem interna, legitimar sua própria posição dominante, ao operar como instrumento de dominação e meio de distinção com relação às classes e grupos subordinados".

Assim acontece que, atendendo-se a estas funções, as classes dominantes por intermédio do aparelho governamental, impõem sua ideologia em todos os organismos e instituições do país, sendo que as instituições educativas e de pesquisa estão em primeiro plano, devido à importância de suas áreas de trabalho na planificação do desenvolvimento, como são os "re-

cursos humanos", científicos e técnicos.

Desta forma, as Universidades e outros centros de ensino e pesquisa são conduzidos sútil ou agressivamente, a elaborar programas educativos e de desenvolvimento que têm como fim a configuração de um sistema social acomodado às sociedades subdesenvolvidas. Tal sistema, em todo caso, é o que garante e fortalece os interesses das classes dominantes local e estrangeiras.

No caso específico da universidade venezuelana, SILVA e SONNTAG (1976:166) afirmam que "(...) devemos dizer com grande apego à verdade que nossas universidades, não obstante sua beligerância política progressista, e não poucas vezes realmente revolucionária, especialmente ao nível de suas massas estudantis, tem atuado como agentes objetivos do imperialismo norteamericano, e, o que é mais grave, muitíssimos professores, militantes políticos, têm contribuído em não pequeno grau para facilitar a difusão de ideologias encobertas por uma neutralidade científica que atentam contra a nacionalidade e a liberdade".

Com relação a este ponto, é conveniente ressaltar que em 1968, o Professor Rodolfo Quintero viu-se na obrigação moral de denunciar, por meio de sua conferência "Espionagem Sociológica na Venezuela", que em 1964 o Centro para Estudos do Desenvolvimento (CENDES), uma dependência importante e fundamental da Universidade Central da Venezuela (UCV), estava interessada em colaborar com o Centro para Estudos Internacio -

nais (CENIS) do Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT), dirigido por Max F. Millikan, em um estudo sobre a Venezuela ao qual se deu o nome de "Estratégias para a Mudança Social". Até este ponto, tudo bem, mas acontece que os membros do MIT são colaboradores a serviço da Agência Central de Inteligência (CIA) americana e que o CENIS foi fundado em 1951 devido a um importante donativo da CIA e da qual Millikan foi seu Diretor Auxiliar, em Washington, segundo documentos citados por SILVA e SONNTAG (1976:144).

Outra consequência resultante da apropriação da universidade por parte da ideologia capitalista é a manifestada discriminação das ciências sociais com respeito às ciências de caráter experimental no seio da mesma.

Referindo-se especificamente ao caso venezuelano, Maza, citado por SILVA e SONNTAG (1976:158) diz, entre outras coisas, "(...) em nosso país, quando se fala de ciência e de ciências reduz-se a amplitude dos objetos aos fenômenos físicos, naturais, que podem ser observados e experimentados, fazendo exclusão expressa ou tácita dos fenômenos sociais, da vida do homem em sua relação com o homem".

Tanto é assim que o Conselho de Investigações Científicas e Tecnológicas (CONICIT), organismo que lidera toda a ação do desenvolvimento científico e tecnológico a nível nacional, reserva toda a importância às ciências da natureza e suas aplicações tecnológicas, não dando importância ou relegando a um segundo plano, as ciências cujo objetivo seja a sociedade ou o homem.

Esta subestimação ou discriminação em prejuízo às ciências sociais, segundo MAZA, emergem de fontes ideológicas e se projetam no âmbito dos conflitos sociais. Talvez se deva isto, ao fato de as ciências sociais coloquem em relevo a desigualdade estrutural das classes, convertendo-se seu conteúdo revolucionário em um constante perigo que ameaça as bases do sistema estabelecido, e, por isso, a negativa de seu caráter científico.

Devido a isto, considera-se conveniente esclarecer, que na maioria dos casos, os cursos ministrados têm um conteúdo cientificamente válido; porém, se o ensinamento têm uma função reacionária, não se deve ao fato de as ciências serem ensinadas de uma ou de outra forma, mais sim, deve-se às próprias estruturas do ensino, de modo que, em relação ao papel a ser desempenhado pela Universidade, que é o que interessa ter em mente, no dizer de RAUCIERE (1971:24) é que "na análise da universidade, a 'ciência' e a 'ideologia' são inexistentes como categorias opostas; e na Universidade, a questão não é a ideologia, mas a ideologia das classes dominantes".

Voltando ao assunto anterior, se o papel do Estado é o de proporcionar as condições para que a modernização chegue ao setor atrasado, é evidente que a Universidade e, no caso, especificamente, a Faculdade de Agronomia, desempenha um papel importante na obtenção dessas condições, pois, dela saem os agentes da modernização através dos princípios da extensão rural.

Para PINTO (1972:24-26) "a educação, tanto formal como informal ou extraescolar, é parte de um amplo processo de socialização, existente em qualquer sociedade, mediante o qual se transmite dentro de uma geração, conhecimentos, habilidades, hábitos, costumes, atitudes, etc.". Desta forma, continua dizendo o autor, a ação educativa da extensão agrícola, na da mais faz senão repetir o modelo de socialização dominante na sociedade latinoamericana. O extensionista é, em parte, um produto deste modelo e inconscientemente repete em sua atividade este modelo.

Indubitavelmente, como já assinalado antes, se a política educacional apoiada pelo Estado está dirigida à transmissão da ideologia dominante, supõe-se então, uma atitude receptiva por parte dos alunos dos conteúdos programáticos. Ao final da carreira, o estudante mostra-se um "ser parcial", pagando o preço social de não compreender a estrutura da sociedade em que vive.

Desta forma, considerando toda esta problemática universidade - extensão - agrônomo, procurando um novo rumo para a concepção do papel da universidade e do agrônomo que deixa suas classes, em maio de 1978, realiza-se em Maracaibo, Venezuela, a VI Conferência Latinoamericana de Educação Agrícola Superior, sob os auspícios da Associação Latinoamericana de Educação Agrícola Superior (ALEAS).

Na mencionada Conferência reconheceu-se que, em nos sos sistemas científicos e tecnológicos, existia uma subvalorização implícita do meio rural, por considerá-lo atrasado,

pouco organizado, primitivo, incomodo, ilhado, indesejável , sem renda, afetando este complexo, inclusive a atitude dos que preconizavam a educação agropecuária e provocando um insensível fenômeno de "urbanização" das instituições de educação agrícola superior.

Na opinião dos participantes da Conferência, era necessário criar uma educação agrícola superior que servisse para produzir novos grupos críticos de agentes de mudança do desenvolvimento econômico e político ; que propugnasse pela estruturação de um sistema de cooparticipação na tomada de decisões e pela transformação de nossa triste realidade ; uma educação que ao conhecer e analisar a realidade, a transformasse e não a disfarçasse para conservá-la como tinha vindo até o momento presente: uma educação política, concreta, científica e nacionalista.

Reconhecia-se, além disso, que a Universidade tinha sido utilizada como "fábrica" de assalariados especializados, tal era a interferência do poder, mediante a qual se institucionalizavam, controlavam e monopolizavam os recursos educativos, favorecendo a uma minoria da população. Esta minoria era a que podia ter acesso à educação e, portanto, para obtenção de diplomas, títulos e certificados, que os credenciavam como bem instruídos ou capacitados para ocupar melhores posições na estrutura do sistema social, com a finalidade de dirigir, manejar e manter o tal sistema, que deixava uma maioria na miséria, marginalizada e explorada.

Quanto à formação do agrônomo, era conveniente, segundo a ATA FINAL (1978:III-B.7.1) "conseguir um profissional em cujo perfil apareça um adequado equilíbrio entre seus conhecimentos tecnológicos e sua relação com a estrutura social na qual trabalhará e da qual fará parte".

Segundo a ATA FINAL (1978:III-B.7.1) "a ênfase dada à extensão rural como campo de ação de nossos formados, obrigava a reformular bem fundo o tradicional método da educação informativa, tecnológica e sua mera relação utilitária, que elimina o homem social do esquema que se propõe ao estudante dentro de uma concepção científica do homem e a incluir o necessário domínio das ciências agrícolas". Sobre este fundamento "dever-se-ia propor um método que conseguisse fixar o estudante dentro da repercussão que sua técnica teria em toda a sociedade e na qual influiria a estrutura social, de forma recíproca".

Tais interpretações julgaram o papel difuso que a Universidade tem tido com relação às tentativas de desenvolvimento por parte dos países latinoamericanos, o qual tem despertado o interesse de muitos estudiosos do problema. É assim que se discute se os esboços curriculares e seus conteúdos, são orientados a fim de que os educandos adquiram uma formação integral e não uma formação mecanicista-tecnicista; se as áreas de estudo estão integradas para atingir uma compreensão global de um determinado problema ou se atuam como compartimentos estanques, etc.

Qualquer tipo de técnica, por mais sofisticada que seja, segundo YOP0 se dilue historicamente se, em sua aplicação, não se considerar a dimensão social, de modo que a Universidade, em vez de ensinar tanta técnica, deveria preocupar-se um pouco mais em formar um produto que em seu agir tenha como meta vital ao homem concreto e não um homem abstrato e em nosso continente há muitos homens concretos, despojados ou marginalizados de qualquer sistema de participação e de justiça social.

Continua dizendo YOP0 (1978:3) que "o produto que sai da Universidade tem uma marcada essência mercantilista e isto acontece porque a estrutura socioeconômica está assim organizada e sendo a Universidade, a educação em geral, um produto de tal estrutura, não se pode esperar outra coisa senão a formação de profissionais alienados, neutros ou deformados em sua maneira de encarar a realidade social".

Concorda-se pois, com o referido autor, o sistema educativo não pode ser visto, nem muito menos analisado como um sistema isolado, mas, pelo contrário, este encontra-se estreitamente relacionado com as estruturas econômicas, sociais e políticas de cada sociedade.

Para NERY (1978:18), "as orientações de mudança social não sô provêm de interesses estrangeiros, como também por interesse de alguns setores de nossa estrutura social, que propiciam a introdução e implementação de valores, atitudes e crenças de acordo com os interesses dos que nos exploram.

Alguns dos meios para conseguir-se este doutrinamento político e social é representado, entre outros, pelo sistema educativo formal, a tecnologia importada e os modernos meios de comunicação de massas".

Quanto ao sistema educativo, continua afirmando NEERY (1978:19) "tem sido utilizado pelas classes dominantes para socializar nossa juventude de acordo com uma política fundamentada em um desenvolvimento e modernização à moda ocidental (...). Nosso sistema educativo está orientado para preparação de indivíduos para o processo econômico industrial, para um sistema de vida urbana das classes médias, copiado de modelos superados e alheios à nossa realidade".

Neste sentido, considera o autor, que o sistema educativo tem uma dupla função:

- a - a de socializar, através da qual se penetra a ideologia dos setores dominantes em busca de um consenso que legitime sua situação e,
- b - a instrumental, ou seja, a seleção e capacitação do pessoal necessário para o desenvolvimento do estilo previamente exposto.

Isto leva, segundo o autor, necessariamente no enfoque dos chamados "recursos humanos" dentro de um marco de referência do capitalismo industrial, o qual preconiza a difusão do racionalismo e da modernização como o último objetivo de socializar os indivíduos, predispondo-os para a aceitação de atitudes favoráveis à manutenção do "statuquo".

A forma e o grau em que toda esta estratégia modernizadora tem focalizado na configuração de meio rural venezuelano, será o tema a tratar no capítulo seguinte, mediante uma visão rápida de alguns aspectos da política agrícola e das características mais salientes do setor agrícola nesse país.

CAPÍTULO II - A AGRICULTURA VENEZUELANA

1 - PETRÓLEO, FELICIDADE OU DESGRAÇA ?

Se do contexto latinoamericano passamos ao caso específico venezuelano, poderia-se assinalar, em grandes traços que, se no resto dos países da região, o modelo de mudança social fundamentada na modernização da agricultura chegou a produzir grandes desequilíbrios no setor rural, na Venezuela, a situação foi mais crítica, porque o país deixou de ser agrícola para tornar-se produtor de petróleo.

A Venezuela rural não escapou à onda ideológica modernizante que se abateu sobre a América Latina, impelida por um centro poderoso de desenvolvimento através de seus inúmeros tentáculos institucionalizados. Esta situação tornou-se mais complexa com o aparecimento de um aliado igualmente poderoso, o petróleo, que, além de acelerar o processo de descom-

posição do setor agrícola, acabou de enterrar as últimas esperanças das massas camponesas de alcançar uma existência mais digna em seu próprio meio, expulsando-as para os centros que a "cultura do petróleo" converteu em pequenos oásis de progresso material, contrastando com o resto do país, abandonado e miserável.

A exploração do petróleo por parte das companhias petrolíferas não só levou a agricultura a um crescimento dependente, como também, além disso, provocou nos círculos governamentais uma subestimação da mesma e dos problemas sociais consequentes, a tal ponto que, segundo alguns autores, até não muito tempo, existia no país um total abandono para com o problema agrário e um enorme exagero com relação aos problemas provenientes da existência de uma agricultura tradicional.

Com relação aos desequilíbrios que a exploração petrolífera ocasionou em todo o âmbito nacional e, em especial, o poderoso influxo exercido pelo petróleo sobre o setor agrícola, achamos oportuno citar LOSADA (1976: 35-46) quando diz "o peso excessivo do petróleo no Produto Territorial Bruto (PTB), sua assombrosa significação nas exportações e sua força como meio de pagar as importações, sua participação ilimitada nas rendas fiscais e nas possibilidades de gasto público, seu caráter de setor fundamental da economia, sua intervenção em todos os níveis da vida social e política da Venezuela e, sobre tudo, a natureza estrangeira e as funções exteriores de sua exploração, tudo isto pesou e pesa com uma força extraor-

dinária sobre a mentalidade e as atitudes sociais do país".

Quanto à repercussão do petróleo na agricultura, acrescenta o autor que "todos os sintomas da política agrícola da Venezuela do momento, com sua particular incidência na modernização tecnológica desvinculada da reorganização social, tinha de conduzir, à luz das análises precedentes, a maiores desigualdades sociais, às mais profundas assimetrias na distribuição de renda, ao aumento de desemprego, ao crescimento do êxodo rural, a superiores níveis de desnutrição e pobreza; tudo isto conexo com a consolidação de uma nova oligarquia agrícola capitalista aliada a exploração transnacional do país".

Indubitavelmente, o aparecimento do petróleo em 1920 e sua consolidação como setor dominante e como elemento de maior influência política no mundo, a partir de 1945, implica toda uma transformação na vida política, econômica e social do país, cujos efeitos ainda pesam e distinguem a Venezuela de hoje. Paralelo ao comércio petrolífero, ocorre um aumento da produtividade do trabalho, a evolução das aplicações científicas e técnicas, processos de decomposição e diferenciação das classes, gestação e instauração do capitalismo agrícola, etc.

Tanto isto é verdade que, quando se fala das causas principais do fracasso da agricultura venezuelana, além de assinalar a extrapolação de culturas e de métodos de produção e eficazes nos locais de clima temperado que fracassam ou de baixa rentabilidade no meio tropical, impedindo o desenvolvimento de uma verdadeira agricultura tropical, também faz-se refe

rência ao enorme fluxo de dinheiro que o país percebe, sem o que seria requerido muito esforço, proveniente da extração e exportação de um recurso natural não renovável como é o petroleo.

Durante o período presidencial findo em março de 1979, dois agrupamentos importantes ligados e controlados pelo mesmo partido político do governo, emitiram declarações que colocam em tela de julgamento a política agrícola implementada até esse momento pelo Estado venezuelano.

Como em 1975, a Comissão designada pelo então Presidente da República, Carlos Andres Perez, a fim de avaliar e re-estruturar os organismos da Reforma Agrária, foi unânime em afirmar que a estratégia planejada pelo atual governo para o desenvolvimento agrícola, por meio da modificação nas relações de troca entre a agricultura e a indústria, o aumento do desemprego e o freio ao custo de vida, não tinham dado os resultados desejados, principalmente no que tange ao setor camponês.

Desta forma, pelo julgamento da Comissão, a crise da agricultura, no que diz respeito aos pequenos e médios agricultores, aos beneficiários da Reforma Agrária e aos trabalhadores avulsos do campo (tarefeiros), não tinha sido superada e, se continuasse em vigor a atual estratégia, jamais seria superada ; para os setores majoritários do campo, a migração o desemprego e o aumento do custo de vida continuavam vigentes.

A Federação Camponesa da Venezuela (FCV), por seu lado, reunida em Conselho Diretivo Nacional, nesse mesmo ano, e

acolhendo as recomendações da Comissão, referida anteriormente, admitia a difícil situação, que, nessa ocasião, preocupava seus dirigentes, que era o auge alcançado por um desenvolvimento agrícola com características de empresas agrícolas capitalistas e o que era mais grave ainda, financiadas pelo próprio Estado.

Na verdade, este processo não é recente, posto que o desenvolvimento capitalista tem sido um elemento sempre presente, durante as últimas décadas, no setor agrícola venezuelano e tal processo segundo MARTEL (1976:87) "está inserido dentro da dinâmica geral da política de substituição de importações, tem sido promovido fundamentalmente por setores industriais que utilizam insumos de origem agrícola e que procuram por isso garantir seu abastecimento".

Para uma melhor compreensão da situação, acha-se conveniente assinalar que na Venezuela pré-petroleira, a atividade agrícola caracterizou-se por sua marcada orientação para o mercado externo, começando com o ciclo do cacau, (segunda metade do século XVI até o século XVIII) depois, cedendo lugar ao café (quase todo o século XIX até a primeira metade do século XX). Esta situação monoexportadora foi alterada profundamente com o advento de petróleo e assim também toda a agricultura.

A agonia da agricultura venezuelana começou com a violenta queda dos preços dos produtos agrícolas durante os anos de 1929 e 1935, anos críticos que estremeceram o mundo e-

conômico e que segundo alguns observadores, chegou a alcançar cerca de 70% na queda dos preços; e depois, com o auge alcançado pelo negócio petrolífero, cuja importância e magnitude fez com que toda a atividade econômica nacional girasse em seu redor ; situação que deu lugar a um violento aumento na capacidade aquisitiva da população, portanto, do mercado interno, condição que bem poderia ter sido aproveitada na dinamização do desenvolvimento agrícola.

Não obstante, diante de uma agricultura em declínio e divisas petroleiras em ascensão, os diferentes governos escolheram o caminho mais fácil; ante as exigências de um mercado interno cada vez maior, optaram pela importação maciça de produtos agrícolas, beneficiando com seu agir as firmas comerciais importadoras, intimamente relacionadas com os grupos de poder estabelecidos em nível mundial do sistema capitalista.

Desta forma, a Venezuela começou a alimentar-se de fontes externas, demonstrando o artificial de seu setor agrícola. À medida que se incrementava a demanda de produtos agrícolas, como consequência do poder de compra, graças ao recebido com as vendas de petróleo, pelo crescimento da população e pela procura industrial, tornou-se necessário recorrer cada vez mais às importações, a tal ponto que estas passaram de 417 milhões de bolívares em 1966 a 2.021 milhões em 1973 e para 1975, o valor das importações superou os 3.500 milhões de bolívares.

Para HERNANDEZ (1977:4) "quando o avanço da políti-

ca de substituição de importações torna necessário que uma parte da matéria prima para a agroindústria seja produzida no país, já os setores agroindustriais tem consolidado seu domínio sobre o mercado interno. Isto permite-lhes impor aos produtores agrícolas condições equivalentes às que gozavam com as importações, estabelecendo preços de monopólio artificialmente baixos para as matérias primas de origem agrícola".

Segundo MARTEL (1976:90-91), existem três traços de desenvolvimento capitalista no campo venezuelano:

- a - "sua subordinação aos interesses agroindustriais, os quais mediante o controle que detem da oferta agrícola", impõem as condições assinaladas anteriormente por Hernández, situação que se torna difícil devido às próprias condições que estabelece o desenvolvimento capitalista: tecnificação acelerada e especialização do trabalho.
- b - a expansão da produção agrícola "empresarial", representada por um conjunto de produtores não camponeses, surgidos ao calor do processo de substituição de importações e que participam plenamente das relações capitalistas.

Isto deu lugar, na opinião de Hernández, a uma agricultura de aventura, extensiva e exaustiva em seus métodos de operação ou exploração, carente de inversão fixa a longo prazo e altamente dependente da política oficial, assim como dos setores agroindustriais.

- c - O rápido impulso das massas camponesas para converter-se em mão-de-obra assalariada ou em marginais do campo. A

utilização de uma tecnologia deslocadora de mão-de-obra, e a baixa propensão às inversões fixas que caracterizam a nossa agricultura de aventura, fez com que a quantidade de trabalhadores requeridos pelas explorações capitalistas seja também reduzida. Por isso, os camponeses que permanecem no campo, arruinados pelo capitalismo, devem conformar-se em ser diaristas ocasionais, subempregados, marginais do campo.

Ou, em todo caso, os camponeses vêm-se compelidos, contra seus próprios interesses, a adquirir insumos, maquinarias e artigos manufaturados de origem industrial. A assistência técnica e os variados tipos de créditos, são instrumentos adequados a este fim, mas ainda quando se coloca nas mãos de profissionais formados com um critério não menos mágico qual seja, de que a solução dos problemas do campo esteja na mecanização e na utilização de quanta tecnologia nova for inventada.

2 - UMA POLÍTICA AGRÍCOLA COMPROMETIDA

Julga-se ser conveniente dar início a este tema, colocando de imediato duas considerações que, além de serem importantes para compreensão do mesmo, provêm do Diretor Geral de Planificação do Ministério da Agricultura, que, para a época da concretização do V Plano de Nação, estava a cargo do economista Douglas Jatem, e tais considerações segundo JATEM

(1976:19), são as seguintes:

- a - "O V Plano da Nação, tem como objetivo básico delinear a política do Estado; suas metas serviram de marco para acelerar a mudança social, conseguir uma produção com rendimentos adequados às necessidades modernas e propiciar a utilização dos insumos tecnológicos (...).
- b - Um aspecto importante em matéria de política agrícola, é conseguir a participação do setor privado no processo de desenvolvimento econômico e social planejado, mediante estímulos econômicos, incentivos fiscais ou qualquer outro instrumento que seja considerado conveniente e necessário a tal fim.

Sem Comentários.

O V Plano da Nação, como ficou dito na parte introdutória do trabalho, é o instrumento que contém os traços essenciais do desenvolvimento econômico e social da República durante o período 1976 a 1980, do qual foram selecionados alguns aspectos que se julgam fundamentais para a compreensão de nossa problemática.

Em relação ao setor agrícola, o mencionado instrumento, V PLANO (1976:79), em seus traços gerais, admite que "o desenvolvimento integral do país atribui ao Setor Agrícola, a obrigação, entre outras, de:

- a - satisfazer importantes solicitações em matéria de produção para atender, adequadamente, à demanda do consumo di

reto por parte da população;

- b - de matérias-primas para a indústria;
- c - a incorporação do camponês a uma participação ativa e direta no processo de desenvolvimento econômico e social do país".

Entre as prioridades, no campo social, V PLANO (1976: 83), a ação do Estado será orientada a:

- a - "estruturar programas de capacitação integral para tarefas definidas que constituam um meio eficaz para preparar mão-de-obra especializada nos trabalhos agrícolas;
- b - criação de centros rurais de instrução e educação integral para estimular a capacidade criativa do indivíduo e assimilação de técnicas modernas.

Entre as estratégias a seguir, em relação a Reforma Agrária, V PLANO (1976:86):

- a - "estimular-se-ã a formação de organizações rurais com uma estrutura geral e eficiente, de acordo com a qual possa ser incorporada definitivamente a Reforma Agrária, ao processo de desenvolvimento mediante a criação de grandes complexos produtivos, agropecuários, agroindustriais e de serviços que se integram como empresas mistas. Esta organização empresarial será constituída com a participação de organizações camponesas e do Estado, mediante fôrmulas de integração produtiva que permitam adaptar tecnologias modernas; (...) facilidades para a mecanização , aquisição de fertilizantes (...)".

Em termos de tecnologia agrícola:

- a - "foram dados passos programados para que a investigação tecnológica, principalmente a que o Estado realiza, produza maiores e melhores resultados a médio e a longo prazo, prestando maior atenção à capacitação do pessoal.
- b - orientaram-se os trabalhos de investigação até a geração e difusão de conhecimentos para que os produtores apliquem, tanto do ponto de vista econômico como do técnico, práticas produtivas que permitam, por meio de combinações tecnológicas, obter maiores rendimentos por unidade de superfície e não signifiquem desfalque de mão-de-obra (...).
- c - propiciar-se-á a transformação tecnológica que incorpore continua e oportunamente novas tecnologias, tendentes à modificação da agricultura (...)".

Além disso, o V PLANO (1976:92) determina, "Criar-se-á o Instituto Nacional de Capacitação Rural, que terá como característica a execução da política de capacitação cujo efeito deverá centralizar, em harmonia com outros organismos do Estado e especialmente com o Ministério da Educação, a ação oficial em tudo que diz respeito a capacitação do campo - nês para o uso de tecnologias agrícolas, pecuárias e florestais".

Em relação ao setor educacional, tal instrumento o V PLANO, (1976 : 209-210) determina que "o sistema educativo o-

orientar-se de forma que os venezuelanos possam alcançar, através da potencialidade criadora da sociedade, a possibilidade de atuar eficazmente sobre seu próprio destino. Para isto procederá, entre outros, a:

- a - fomentar a interação entre a investigação científica e tecnológica do meio acadêmico e os setores da produção pública e privada, pretendendo que estes setores apoiem progressivamente sua atividade econômica nos recursos nacionais que existam no campo da investigação;
- b - cumprir com os compromissos adquiridos e desenvolver novos projetos de cooperação nas áreas da educação, ciência e cultura a nível dos organismos regionais e internacionais, tais como a UNESCO e OEA;
- c - estabelecer convênio de cooperação bilateral e multilaterais para geração de conhecimentos, criação e transferência de tecnologia e para o intercâmbio cultural".

Um indicador de tal situação, é o convênio de colaboração tecnológica entre o Ministério da Agricultura de nosso país e a Universidade de Purdue, nos Estados Unidos, especializada em investigações tecnológicas no campo da agricultura.

Em relação ao setor de ciência e tecnologia, o V PLANO (1976:240-242), apesar de se reconhecer que se tenha socorrido de utilização de tecnologia externa de característica inadequadas as nossas necessidades, entre as estratégias vamos encontrar:

- a - instrumentação de programas de capacitação de recursos humanos com o objetivo de melhorar as condições de uso, negociação e transferência de tecnologias assimiláveis dos países desenvolvidos;
- b - diversificação racional da fonte externa de tecnologia.

Quer-se parecer que, ainda que muito resumidamente, os aspectos assinalados, contidos no V PLANO e, apesar da retórica oficial que, às vezes, chega a criar situações contraditórias, refletindo uma falta de seriedade, os aspectos assinalados, permitem formar uma idéia bastante clara dos verdadeiros objetivos do V PLANO; se tal documento procura mudanças sociais, estas não aparecem de um dia para o outro como deixa ver claramente a retórica política, sem que antes ocorram mudanças profundas nas relações sociais.

Se, historicamente, as transformações básicas partem do regime econômico que repercutem depois em toda a estrutura, existe uma grande diferença entre estes tipos de transformações e as ocasionadas quando intervêm no processo, uma ação consciente e deliberada no sentido de acelerar o ritmo da mudança do regime econômico. Portanto, as contradições e assimetrias são mais agudas e profundas entre as diferentes partes da estrutura; segundo COSTA-PINTO (1967:109), "esse é o caso dos países ou das sociedades de economia menos desenvolvidas, em que a promoção da transformação faz-se intencional, racional, e provocada, como meio de suprir pela planificação de desenvolvimento econômico, os índices de atraso que se procura su-

perar a curto prazo".

Sob esta perspectiva, os programas do Estado relacionados com a saúde e segurança social, educação, etc., tem como fim a "reprodução física do trabalhador". O cuidado da saúde mediante os serviços médicos, por exemplo, corresponde à necessidade de contar com um pessoal relativamente sã, procurando a manutenção de altos níveis de produção em benefício da empresa; enquanto com relação a educação, os programas são encaminhados para providenciar um produto instrumental ao aluno a fim de obter aumentos na produção material de bens e serviços.

Os programas propostos nas áreas de pesquisas científicas e tecnológicas não estão orientados a resolver os problemas sociais do meio rural venezuelano; sua excessiva orientação na produtividade, impede desenvolver estudos sobre as consequências sociais do desenvolvimento tecnológico, ignorando o impacto da agricultura "moderna" sobre a qualidade de vida.

Citado por HERNANDEZ (1976:16-19), a Direção de Investigações do Ministério da Agricultura, anexa ao Fundo Nacional de Investigações Agropecuárias, assinala o seguinte:

a - " a investigação agrícola está orientada para o desenvolvimento agrícola especialmente, isto é, à procura de soluções dos problemas referentes à produtividade e aos métodos que permitam tornar realidade o potencial agropecuário do país.

- b - a investigação busca o uso de métodos e sistemas experimentais modernos, destinados a conseguir maiores rendimentos na produção agropecuária, mediante a obtenção de vegetais e animais de maior produtividade.
- c - os pesquisadores, em sua grande maioria agrônomos, veterinários ou zootecnistas, realizam, têm realizado ou realizarão cursos de pos-graduação em universidades estrangeiras de países desenvolvidos, desvinculando-se, progressivamente, o pesquisador da realidade da Venezuela, contribuindo para reforçar os quadros de dependência tecnológica ao especializar-se em áreas, sem menosprezar a importância que estas tenham, não representam em muitos casos as necessidades mais urgentes do setor ; outras vezes, por serem tão sofisticadas e produto de países altamente desenvolvidos, não têm aplicação, nem muito menos de imediato, em nosso setor.
- d - a nível da Direção de Investigações do Ministério da Agricultura, as áreas de investigação estão agrupadas em grandes programas que visam à utilização no setor vegetal, de sementes melhoradas em culturas, tais como, gergelin, cana-de-açúcar, milho, leguminosas, controle de pragas e vacinas para o setor animal".

Há certa ênfase, pois por parte do V Plano de desenvolver pacotes tecnológicos que ao serem transferidos ao setor agrícola permitem aumentar a produção e os níveis de produtividade, isto significa a necessidade de preparar mão-de-o

bra qualificada e barata que sirva de instrumento para sua concretização ; por isso há a formação e adestramento de técnicos que possam atender às solicitações de trabalho por parte de grandes empresas nacionais ou multinacionais.

Estando a investigação, a ciência e a tecnologia a serviço da reprodução e manutenção do sistema de domínio, cabe ao Estado como diz CHOSSUDOVSKY (1977:18), "(...) prover ao setor produtivo a infraestrutura social e as 'inversões sociais' nas quais se apoia o processo capitalista".

Segundo os textos citados do V PLANO, o Estado pretende fazer da agricultura uma atividade econômica suficientemente remuneradora a fim de incentivar a produção de produtos básicos tradicionalmente deficitários para o consumo nacional como também os que constituem matéria prima para a agroindústria ; como também lograr uma exportação do excedentes naqueles produtos os quais o país possui vantagens comparativas e reduzir o nível de desemprego e a migração rural-urbana.

Estes objetivos, na realidade, estão dirigidos à configuração de um contexto muito mais amplo e geral, como atingir a uma maior racionalização das relações capitalistas de produção existentes, o que significa uma mudança no papel que desempenham os centros externos de poder e não uma ruptura com eles ; como pretendem crer alguns setores do país que veem na nova política agrícola uma mudança nas formas de produção, que levaria a romper de uma vez com a situação de dependência.

Diante de toda esta situação, o camponês se mantém como um mero expectador do processo de modernização agrícola; assim, segundo as afirmações do documento CONICIT-CENDES (1976:24-26), "{...} o camponês fica inserido no mecanismo de produção e distribuição de produtos agrícolas, de mercado de trabalho e de tomada de decisões sobre o qual não tem controle algum".

Este "status" se reforça nas características próprias do camponês como grupo social, o qual vem diminuindo pela desnutrição, seu vigor físico e psíquico ; sua capacidade de luta por seus direitos tem sido rebaixada por um jogo político, que se aproveita do analfabetismo e incultura que os setores dominantes não têm resolvido, ao que parece, para contar com um terreno fértil ou fácil de ser manejado.

Continua dizendo o documento que esta é uma classe desapropriada de seus meios de produção, que tem perdido parte de sua capacidade de trabalho e gestão como consequência do anterior e da imposição de técnicas que não domina. Finalmente, é uma classe social em acelerado processo de empobrecimento.

Nos momentos atuais, o país se encontra sem uma produção agrícola que atenda, pelo menos, a seu abastecimento , tendo que recorrer, uma vez mais, as importações maciças de produtos básicos na alimentação de sua população. Em abril de 1977, o governo decretou a livre importação de alimentos , estabelecendo-se uma ponte aérea para trazer-se ao país leite,

café, queijo, pescado, manteiga, carne, feijão, ovos, bananas, frango, vinagre, atum, sardinha, batata, milho, sal, carne de porco, etc.

A esse respeito diz GONZALEZ (1978:4) "este fato determina conforme pensamos, pelo menos duas consequências importantes:

- a - a necessidade de consumir grande quantidade de divisas em produtos alimentícios, muito caros e escassos no mercado internacional, o que de certa forma equivale a vender os produtos de exportação a baixo preço;
- b - a vulnerabilidade do país em algo tão vital como é a alimentação, o que é muito grave dentro do ponto de vista da independência e soberania nacional".

O documento CONICIT-CENDES (1976:16), por outra parte, comenta que "desde o ponto de vista da soberania nacional, se cria uma situação de dependência de tal grau, que compromete seriamente nossa condição de país independente e nos coloca diante do mundo em um plano de incapacidade e abandono das mais elementares obrigações de um país, como é alimentar sua população. De outro lado, não se aceita o esforço que o país faz para dotar suas forças armadas de modernos armamentos, enquanto se tem uma brecha estratégica, como é a provisão de alimentos, praticamente esquecida.

Esta situação é por demais crítica e sumamente delicada; o fato de que o país tenha que importar mais de 50% do consumo de calorias e proteína, reflete a vulnerabilidade de

sua política internacional se recordamos que a política esboçada em 1975 pelo Presidente e Secretário da Defesa dos Estados Unidos expressava, entre outras coisas, que aqueles países que tivessem fome, poderiam comprar os alimentos sempre e quando sua política internacional não fosse contra os interesses norteamericanos.

3 - O CAMPO SOB O SIGNO DA DEMOCRACIA

Nos últimos vinte anos, no "paraíso democrático" da América Latina, o meio rural tem sido palco de grandes transformações as quais têm produzido um impacto profundo e decisivo nas relações entre o homem e a terra.

A maioria dos que, na Venezuela, têm como área de estudo e de trabalho o setor agrícola, estão de acordo em assinalar como característica principal do meio rural atual, a dinamização do moderno desenvolvimento capitalista na agricultura, constituindo-se um elemento dominante de toda a atividade agropecuária, arrastando e redefinindo no seu bojo, qualquer outro tipo de relação mais atrasada ; o desenvolvimento capitalista do campo, como já comentado páginas atrás, marca seu início no desenvolvimento empresarial modernizante, produzido a partir da política de substituição de importações, implementada de forma decisiva e concreta a partir de 1958.

A partir dessa data, a agroindústria começa a ditar as linhas que devem ser cumpridas no restante do setor, funda

mentando-se no completo domínio que exerce sobre o mesmo, que, segundo HERNANDEZ (1977:3-4), se produz em dois níveis:

- a - "em nível de tipo tecnológico. A agroindústria é capaz de impor, por meio do controle que exerce sobre o financiamento e por meio do controle que de uma maneira ou de outra exerce sobre a pesquisa e a extensão agrícola, um pacote tecnológico que até certo limite determina as decisões técnicas fundamentais que se produzem nas propriedades rurais.
- b - em nível econômico. Os setores agroindustriais tem a possibilidade, com o domínio que têm sobre o mercado, de estabelecer preços de monopólio, tanto para os insumos e maquinaria que sejam necessários para a produção agrícola como para a matéria-prima de origem agrícola, impondo um intercâmbio desigual entre a agricultura e a indústria".

Em torno desta situação de completo domínio por parte da agroindústria no que se refere à atividade agrícola, processa-se uma estratificação social a qual, segundo a opinião de HERNANDEZ (1977:7-8) "se divide em três grandes setores: setor dominante, setor intermediário e setor dominado.

A - Setor dominante:

Com hegemonia dos setores agroindustriais, agrocomerciais e financeiros que processam matéria-prima de origem agrícola ou que abastecem os produtores de insumos e maquina -

rias. Ao seu redor articula-se um conjunto de setores, que participa de seu domínio sobre o setor agrícola:

- a - os grandes produtores agrícolas enriquecidos a partir do aproveitamento privilegiado das políticas fomentistas e que têm logrado, por este meio, capitalizar e associar-se à agroindústria.
- b - os grandes criadores de gado que dividem com os setores agroindustriais e com os grandes empresários do campo, o domínio sobre a agricultura.
- c - as "roscas" ou intermediários, que controlam o mercado de produtos de consumo direto e os setores que se enriquecem e capitalizam pela via camponesa (aparecimento de uma burguesia agrária, vinculada à produção de hortaliças e de produtos de consumo direto), isto é, uma nova burguesia de setores que ainda sendo aparentemente pobres, têm uma ampla possibilidade de capitalizar dentro do desenvolvimento capitalista atual e associar-se com as "roscas".
- d - setor latifundista, reivindicado a partir da nova dinâmica que nasceu em redor do problema da terra; tende a associar-se dentro do bloco dominante e a constituir-se em um elemento dentro dele.

B - Setor intermediário:

Atuam na direção dos produtores médios e dos camponeses. Responde a interesses próprios, relacionados com sua po

sição de poder e, por outro lado, vêm-se obrigados a responder aos interesses dos setores sociais que representam.

- a - médios produtores, vinculados à produção para a agroindústria e que apresentam algumas possibilidades de capitalizar.
- b - pequenos produtores, vinculados à produção para o consumo direto e que não estão claramente definidos entre aqueles que têm uma possibilidade real de capitalizar e aqueles que se vão proletarizando.
- c - pequenos e médios comerciantes, transportadores; os setores pequenos e médios que fornecem serviços para agricultura ; integrados à dinâmica da produção agrícola.

C - Setor dominado:

Constituído por uma boa parte de médios e pequenos produtores integrados à produção para a agroindústria e pelo que poderíamos chamar o setor camponês.

- a - setor camponês: segundo pensamos, não é em si uma classe e está composto por setores sociais com dinâmicas econômicas bastante distintas:
 - camponês que tenha avançado dentro do processo de proletarização e que tenha sido convertido em diarista marginal, abandonando progressivamente a economia de subsistência.
 - trabalhadores permanentes ou semipermanentes que tenham uma maior afirmação de sua condição de proletários.

- pequenos produtores, camponeses que se encontram fora do contexto de Reforma Agrária.
- "conuqueros" — camponês cujo sistema de produção é o "conuco" , ver definição na página 85 —, vinculados à economia de subsistência".

Para complementar esta visão geral do campo venezuelano, temos considerado importante a inclusão de algumas tabelas elaboradas por diversos autores e que para os objetivos deste trabalho, constituem um recurso metodológico bastante útil.

Devemos esclarecer, com relação as tabelas que apresentamos e que são estas as que mais se ajustam à problemática do trabalho, que são insuficientes devido a pouca importância que se tem dado a este aspecto de setor agrícola por parte dos organismos estatais, talvez, como é natural, para não desmascarar os contínuos fracassos das políticas agrícolas implementadas pelo Estado. Um exemplo disto, constituem os Censos Agropecuários, os quais não se realizam desde 1971 e os Anuários Estatísticos Agropecuários desde 1974.

O Informe Económico do Banco Central da Venezuela de 1976, é o documento com dados estatísticos mais recentes de que dispomos e do qual extraímos as Tabelas I , II e III (Apêndice), sobre produção do setor agrícola, área colhida e produção bruta até 1976 e estão colocadas em forma de apêndices.

O problema da posse da terra continua sendo um dos mais graves do setor agrícola. Depois de 18 anos de iniciado

o processo da Reforma Agrária, os altos índices de concentração da terra não tem variado consideravelmente. Como se observa na Tabela 1, 4.905 explorações maiores de 1.000 hectares, que representam 1,7% do total das explorações agrícolas, concentram-se em 67% da terra disponível; enquanto que no outro extremo, as explorações menores de 10 hectares que são 60,3%, só possuem 2,2% da superfície agrícola.

TABELA 1 - Distribuição da posse da terra. Venezuela, 1971

Estrato de Área Total (Ha)	Unidades Produtivas			Área Total Ocupada		
	Número	%	% Acumul.	(Ha)	% Acumul.	% Acumul.
0 - 0,9	13.120	4,6	4,6	6.277	0,0	0,0
1 - 4,9	108.461	38,3	42,9	265.858	1,0	1,0
5 - 9,9	49.263	17,4	60,3	314.639	1,2	2,2
10 - 19,9	41.243	14,5	74,8	510.369	1,9	4,1
20 - 49,9	32.335	11,4	86,2	914.747	3,4	7,5
50 - 99,9	14.251	5,0	91,2	915.903	3,5	11,0
100 - 499,9	16.171	5,7	96,9	3.324.876	12,5	23,5
500 - 999,9	3.867	1,4	98,3	2.517.149	9,5	33,0
1.000 e mais	4.905	1,7	100,0	17.756.637	67,0	100,0
Total	283.616	100,0	--	26.526.365	100,0	--

Fonte: Comissão de Avaliação e Reestruturação dos Organismos de Reforma Agrária. Censo Agropecuário de 1971.

A evolução de 1959 a 1968, pode-se observar na Tabela 2, onde se constata que a produção experimenta um significativo programa ao passar de 17.424 toneladas métricas em 1959 para 359.927 em 1968. Em termos de porcentagem a produção nacional de fertilizantes tem aumentado em 1.966% no decênio considerado.

Por outro lado, a importação decaiu de 56.048 toneladas métricas para 47.427 ; de modo que, se a importação diminuiu em 15%, sugere um crescimento importante do consumo de nutrientes por parte da agricultura e a insuficiência da produção nacional para satisfazer a procura interna.

O uso de tais produtos tem alcançado altos valores no decorrer dos últimos anos. A produção nacional como o demonstra a Tabela 3, ainda que da mesma participem insumos importados, tem passado de 1.280 toneladas métricas em 1959 a 11.420 em 1973, o que significa um índice de incremento de 792% e um índice anual de 53%.

A julgar pelo crescimento anual na elaboração dos meses no Ministério da Agricultura (MAC), a aplicação deste recurso científico experimentou incrementos nada desprezíveis até 1966 como indica a Tabela 4 ; sem dúvida, a partir de 1967, coincide a transferência parcial à fabricação particular e o decréscimo vertical da produção o qual contribui para privilegiar mais ainda a situação empresarial e enfraquecer a situação camponesa, pois esse deslocamento tornou mais difícil o acesso camponês a tais produtos.

TABELA 2 - Produção e importação de Fertilizantes (Ton.)
Venezuela, 1959-1968 (1959 = 100)

Anos	Produção (a)		Importação (b)		Soma Total	
	Tonelada	Índice	Tonelada	Índice	Tonelada	Índice
1959	17.424	100	56.048	100	73.472	100
1960	22.384	128	61.379	110	83.763	114
1961	45.861	263	62.604	112	108.465	148
1962	57.866	332	75.705	135	133.569	182
1963	68.260	392	60.913	109	129.173	176
1964	113.244	650	39.566	71	152.810	208
1965	240.236	1.179	45.546	81	285.782	389
1966	273.927	1.572	31.248	56	305.175	415
1967	276.838	1.589	45.427	85	324.265	441
1968	359.927	2.066	--	--	--	490

(a) Inclui produtos primários, intermediários e mistura de fertilizantes.

(b) Adubos nitrogenados e produtos fertilizantes nitrogenados não especificados.

Fonte: República da Venezuela (MAC). Anuários Estatísticos Agropecuários de 1967 e 1968.

TABELA 3 - Produção e importação de inseticidas (ton).
Venezuela, 1959-1973 (1959 = 100)

Anos	Produção	Índices	Importação +	Índices
1959	1.280	100	10.350	100
1960	927	72	11.051	107
1961	2.132	167	9.665	93
1962	4.015	314	7.038	68
1963	3.551	277	2.765	27
1964	5.754	450	3.733	36
1965	8.270	646	5.018	48
1966	6.614	517	3.043	29
1967	8.529	666	3.737	36
1968	8.930	698	3.364	33
1969	9.113	712	3.310	32
1970	5.891	460	3.506	34
1971	9.580	748	3.168	31
1972	10.639	831	2.644	26
1973	11.420	892	--	--

(+) Refere-se também a: desinfetantes de creolina, creosol e pinho, fungicidas, herbicidas, raticidas, similares e não especificados

Fonte: MAC - Anuário Estatístico Agropecuário. 1972/73.

TABELA 4 - Produtos biológicos elaborados pelo Ministério da Agricultura. Venezuela. 1959-1973

Anos	Doses
1959	3.051.953
1960	19.417.080
1961	25.598.670
1962	36.972,212
1963	49.469.066
1964	52.135.809
1965	52.776.330
1966	31.152.370
1967 +	10.648.920
1968	7.501.045
1969	8.632.288
1970	6.361.412
1971	8.879.212
1972	8.571.960
1973	6.512.988

(+) A partir de 1967 a fabricação de algumas vacinas passou para a indústria privada.

Fonte: MAC - Anuário Agropecuário 1962 a 1973.

A Tabela 5 mostra o curso da produção venezuelana em matéria de alimentos concentrados para bovinos, suínos e aves, em toneladas métricas e entre os anos 1950 e 1973, anos em que se têm agrupados em quatro quatriênios, um triênio e um quinquênio final. No gado bovino pode-se observar uma evolução que vai de 55.931,9 toneladas em 1950/53 a 248.404 em 1962/65, a 190.329 em 1966/68 e a 352.262 em 1969/73.

Se tomarmos por base o termo médio anual, em cada um dos grupos de anos, o processo assinala um índice de 100 entre 1950/53, contrapondo-se a um de 340 entre 1966/68 e outro de 630 entre 1968/73. A produção de alimentos concentrados para suínos é a de maior significado, progredindo de um ponto médio anual de 266.3 toneladas entre 1950/53 a outro de 212.935 entre 1969/73, pelo qual o índice passa de 100 para o primeiro período a 99.951 no último período mencionado.

Finalmente, a produção de alimentos concentrados para aves também experimentou uma expansão digna de ser levada em conta. De um ponto médio anual para o primeiro quatriênio de 12.640 toneladas ascende a um ponto médio de 481.424 de 1968/73, com um índice de promédio anual que se eleva de 100 para o quatriênio inicial a 4.761 no quinquênio final. Não cabe dúvida ante tais cifras, que ocorreu um inegável progresso na matéria, não obstante haver, como em todas outras evoluções mudanças radicalmente reduzidas a um setor muito limitado de explorações.

TABELA 5 - Produção de alimentos concentrados para bovinos, suínos e aves em toneladas métricas.
 Venezuela, 1950-1973 (1950 = 100)

Anos	Bovinos	Média	Índices	Suínos	Média	Índices	Aves	Média	Índices
1950/53	55.931,9	13.983,0	100	1.065,2	266,3	100	50.559,0	12.640,0	100
1954/57	126.436,7	31.859,2	226	4.701,0	1.175,5	441	150.181,1	37.545,3	297
1958/61	197.005,2	48.751,3	352	52.170,0	13.043,0	4.898	389.595,1	97.399,0	771
1962/65	248.404,0	62.101,0	444	171.237,0	42.809,3	16.076	1.012.472,0	253.118,0	2.003
1966/68	190.329,0	63.443,0	340	285.643,0	95.214,3	26.816	1.023.009,0	341.003,0	2.023
1969/73	352.262,0	70.452,0	630	1.064.674,0	212.934,5	99.951	2.407.118,0	487.423,6	64.761

Fonte: IIAC - Anuário Estatístico Agropecuário 1968 a 1973.

Como os aspectos anteriores, a mecanização agrícola apresenta progressos apreciáveis. A Tabela 6 demonstra esta observação. Os tratores, em geral, têm aumentado de modo estimável ao passar sua importação de 735 em 1955 a 2.117 em 1973. Se for tomado o ponto médio durante os setênios de 1955/61 e 1962/68, comprova-se uma importação anual de 897 tratores de roda para o primeiro setênio, de 1.645 para o segundo, e de 2.586 para o quinquênio final, o que significa um incremento sólido, apesar de ponto médio dos tratores de esteira para os três períodos é de 326, 142 e 219.

Em relação aos mesmos três lapsos de tempo, os pontos médios para arados são de 434, 541 e 177; para grades de 660, 1.035 e 168, para colhedeiras de 55, 128 e 160. Em consequência estes incrementos, como as cifras globais da Tabela 6, comprovam a existência no país, de numerosos instrumentos de produção mecânicos e modernos, ainda que seu uso esteja limitado ao setor empresarial.

Em vista da transcendência da mecanização no crescimento da agricultura capitalista, elaborou-se a Tabela 7, a qual oferece estimativas sobre a área servida por máquinas dentro das terras de colheita nos anos 1965, 66, 67 e 68, e com discriminação das culturas principais. Em termos nacionais pode-se constatar um aumento da área colhida de 1.627.000 hectares para 1.851.000 de 1965 a 1968, ao lado de um incremento de 423.000 hectares mecanizados a 685.000. Não há dúvidas de que a comparação entre ambos incrementos assinala um

TABELA 6- Número de máquinas e instrumentos agrícolas importados. Venezuela
1955-1973

Máquinas	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Tratores de rodas de um ou dois eixos	735	715	687	926	1.493	1.037	683	1.909	1.540	2.039	1.175	1.342	1.493	2.015	2.341	2.687	3.406	2.380	2.117
Tratores de esteira	465	366	671	266	367	103	42	20	70	91	92	129	467	106	108	628	33	127	200
Arados	369	321	349	387	755	410	447	1.362	405	962	173	359	248	280	273	177	146	42	246
Grades	660	587	627	563	1.111	617	452	1.430	1.105	1.680	704	1.061	749	515	99	165	104	-	472
Semeadeiras	178	253	139	150	367	137	199	331	237	266	223	353	456	352	639	434	635	529	234
Adubadeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	70	93	137	66
Colhedeiros	38	9	6	71	134	35	95	80	55	123	101	175	198	164	265	132	148	104	151
Cultivadeiras	274	371	256	319	651	383	265	329	230	270	125	182	177	103/	247	284	220	141	144
Pulverizadeiras	155	324	563	359	694	163	3.617	9.841	5.492	10.076	97	4.903	96	10	167	128	246	127	126
Polvilhadeira e Fumigadoras	104	64	101	222	144	5	130	20.383	840	434	1	485	7	-	36	6	17	-	-
Carretas	69	107	168	88	140	123	118	63	29	66	44	97	70	24	23	46	49	5	47
Máquinas diversas	372	318	224	332	637	398	370	386	239	221	276	201	163	-	-	75	-	61	102

Nota: Refere-se esta informação efetuada por 24 firmas importadoras

Fonte: MAC - Anuário Estatístico Agropecuário: 1968, 1971, 1972 e 1973

TABELA 7 - Área colhida e estimativa da área mecanizada das principais culturas em milhões de hectares. Venezuela, 1965/1968

	1965			1966			1967			1968		
	AC	A	M %	AC	A	M %	AC	A	M %	AC	A	MC
Cereais	569	236	41,1	574	242	42,1	672	382	56,8	673	438	61,0
Grãos legumi- nosos	102	1	1,2	114	17	15,0	158	28	17,6	157	32	20,1
Raízes e tu- berculos	114	15	13,0	120	15	12,8	125	15	12,3	129	16	12,1
Culturas in- dustriais	209	144	69,0	212	148	70,0	216	183	71,2	265	189	71,5
Frutas e Hori- ças	75	5	6,2	76	5	6,3	62	4	6,4	64	4	6,6
Café e Cacau	140	x	x	410	x	x	410	x	x	410	x	x
Outros	133	-	-	144	-	-	148	-	-	152	-	-
Total	1.027	423	26,0	1.649	462	28,0	1.837	625	34,0	1.851	685	37,0

X : Área mecanizada é insignificante

AC : Área colhida

A : Área mecanizada

M : Mecanização

Nota: Certos pequenos desajustes entre as cifras devem-se ao fato de terem sido arredondados em milhares

Fonte: Plano da Nação, 1965/68. Informe Econômico do B.V.C., 1968.

processo de intensificação mecânica, pois as taxas de incrementos relativos são de 14 e de 62% respectivamente.

Essa intensificação sustentada são também manifestadas nas proporções que representa a superfície servida por máquinas em cada um dos anos em relação às extensões colhidas, pois, enquanto em 1965 significa 26%, em 1968 equivale a 37%.

A análise do ocorrido em cada um dos grupos de diversas culturas coloca em evidência o sentido capitalista do processo. Se de maneira geral e na relatividade das aproximações classificar-se esses grupos de culturas segundo as categorias de agricultores correspondentes, o resultado não pode ser outro senão o seguinte:

- a - capitalista: culturas industriais (gergilim, algodão, arroz, fumo, cana-de-açúcar e, de certa maneira, milho).
- b - camponesa: raízes e tubérculos, grãos leguminosos.
- c - latifundista: café e cacau.

Em síntese, segundo LOSADA (1976:65), "a análise da área mecanizada põe em relevo, uma vez mais, o caráter capitalista desta e comprova, novamente, o caráter empresarial do processo agrícola que corre hoje na Venezuela. Esta conclusão é de decisivo significado, pois, a produção a base de máquinas constitui um dos componentes chaves da sociedade capitalista".

4 - EPÍLOGO: APRENDENDO DO "CONUCO"

Depois de quase trinta anos sob a concepção tecnológica da mudança para o setor rural, a introdução de tratores, maquinarias, motores, ferramentas, herbicidas, fertilizantes químicos, sementes melhoradas, etc., fundamentada na política de modernização, fez com que a atividade agrícola na Venezuela, se caracterize por uma desadaptação total ao meio físico tropical, tornando-se cada vez mais difícil sua recuperação.

Esta situação levou a pesquisadores, políticos, etc, interessados na problemática agrícola, a refletir sobre os resultados até agora alcançados pela dita política em termos econômicos e sociais, os quais, segundo a grande maioria, não têm sido os mais lisongeiros, a nível camponês.

O fracasso destas políticas e não outra coisa, tem sido desviado estrategicamente para o lado da ecologia tropical em relação com os sistemas de produção agrícola. É assim que se fala agora, da pouca importância que a ciência agrônômica tem dado aos estudos dos sistemas agrícolas desenvolvidos por comunidades indígenas, que vivem no trópico em equilíbrio com o meio natural; criticando-se a forma em que tais sistemas foram eliminados e substituídos sem análises prévias de sua significação e sua potencialidade.

A este respeito diz GONZALEZ (1977:1415), "se compararmos os resultados energéticos deste sistema agrícola primitivo de nosso trópico, o 'conuco', com o sistema de produção de batatas da Inglaterra, obteremos uma simples explicação das

vantagens da agricultura tropical. No 'conuco' se colheram 9.218 mega-calorias / ha, em forma de diversos alimentos, invertendo 561 Mcal em forma de trabalho, enquanto que na produção de batatas de clima temperado, 9.000 Mcal/ha/ano, com um subsídio energético em forma de energia do petróleo de 5.000 Mcal/ha".

Tais dados demonstram e levam ao reconhecimento, segundo o autor, de que os sistemas primitivos são mais eficientes no uso da energia, e, além disso, não exigem, para produzir, grandes insumos energéticos, mas foram condenado e relegados ao esquecimento, quando se sabe que esses princípios técnicos e científicos sobre os quais estão firmados os 'conucos' constituem a chave para o desenvolvimento de uma agricultura autóctone e ajustada à ecologia venezuelana.

É assim como, debaixo desta perspectiva, setores interessados na questão camponesa tem deixado cair sobre a mesa uma "brilhante idéia" que bem poderia constituir-se, segundo eles, na tábua de salvação de nosso camponês e de nossa agricultura em geral, como é a possibilidade de resgatar e aproveitar cientificamente as práticas agrícolas que, tradicionalmente, nosso camponês vinha utilizando em seu meio.

Segundo esta alternativa, para incorporar o camponês ao processo de desenvolvimento, faz-se necessário, então, a análise científica das tradições técnicas e culturais que ele representa; apresentando-se como problema político, social, econômico, científico e tecnológico. Em relação à colaboração

que o camponês pode dar ao desenvolvimento agrícola venezuelano, o CONICIT-CENDES (1976:26) considera que "partindo de seu acervo técnico-cultural se poderá desenvolver ciência e tecnologia para a produção agropecuária, que servirá para determinar as possibilidades que existem de utilizar-se de seus conhecimentos e capacidade criativa atuais, na produção agrícola e num desenvolvimento científico e tecnológico que os incorpore como setores da experimentação e inovação agrícola".

O sistema de produção tradicional que se conhece no país e que tem sido utilizado pelo camponês venezuelano é o 'conuco', que definido por GONZALEZ (1978:34), "é um sistema de produção que consiste no desmatamento de pequenos lotes de terra dentro da selva, onde se semeiam diferentes plantas, as vezes intercaladas, cultivando-se por um tempo variável e quando o solo se acha esgotado, abandona-se para começar-se de novo o processo em outra parte (...)".

Mas, o mais importante de tudo isto, é que o 'conuco' é uma atividade de subsistência bastante precária, porém, ainda assim, permite a sobrevivência do camponês e seu grupo familiar que, todavia, permanece no meio rural, aferrando-se com todas suas forças a esse pedaço de terra diante da ousadia capitalista e a indiferença oficial.

Esta forma de trabalhar e cultivar a terra, por apresentar um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e onde as relações de produção não vão além das familiares, pode ser incluída dentro da chamada agricultura "tradi-

cional", a qual procurou-se e procura-se, ainda, eliminar, por meio da política de modernização no transcorrer de todos estes anos.

Na atualidade rural venezuelana não é a situação do camponês e seu 'conuco' a que predomina ; por conseguinte, uma generalização em torno do campones "conquero", em relação à situação camponesa nacional, significa desconhecer a evolução das massas camponesas diante das mudanças que têm ocorrido no país.

Encarar a realidade camponesa, com relação a seus conhecimentos e capacidade criativa, procurando enquadrá-la dentro de uma "cultura camponesa" diferente de nossa cultura urbana e moderna, é querer explicar a problemática mediante a concepção dos chamados "povos primitivos", proveniente da antropologia cultural americana, na qual, segundo HERNANDEZ (1976:9) "ao falar do camponês ou pequeno produtor faz-se referência a um ser abstrato, histórico, social e economicamente indeterminado, do qual se pressupõe atitudes e situações e econômico-sociais inexistentes na realidade".

Continua o autor, dizendo que o mito da cultura camponesa, persistente e conservadora, apegada a suas próprias normas e tradições, não é mais que uma análise transplantada, sem critério, para nossa realidade desde outras situações e contextos, sem responder em absoluto à evolução e a realidade atual do setor camponês venezuelano.

Explicando além disso, que o processo de dissolução do camponês tradicional, tal como se vem produzindo, é o que se chama "processo de proletarização e marginalização", que consiste no abandono progressivo por parte das grandes massas camponesas, de seu caráter de produtores independentes no contexto da pequena produção mercantil, voltada sobre a subsistência e a desapareição progressiva das indústrias domésticas, e os circuitos locais de comercialização, em função de sua integração ao mercado nacional como vendedores de força de trabalho e como consumidores de produtos de origem industrial.

Acontece, agora, que sem analisar as verdadeiras causas que explicam o que é, na atualidade, o camponês venezuelano, seu sistema de produção, o "conuco", passa a ser de um dia para outro, uma alternativa válida para conseguir-se um autêntico desenvolvimento agrícola no trópico venezuelano, sendo talvez, uma saída fácil de ocultar, ou na melhor das hipóteses, explicar o fracasso das práticas de "desenvolvimento" dirigidas ao setor camponês.

Para HERNANDEZ (1976:18), "o caminho que hoje toma a capacidade criativa que o setor camponês desenvolveu, dirige-se, fundamentalmente, a obtenção de rendas a partir da venda de sua força de trabalho (...)" e não outra, devemos acrescentar ; portanto, querer recuperar a capacidade criativa do camponês através do "conuco" nas atuais condições, é dar prova, uma vez mais, de não querer enfrentar a situação de explorado

que vive o setor camponês no meio rural venezuelano por parte dos que governam o país.

CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DO AGRÔNOMO NO CONTEXTO ZULIANO

1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

A educação superior, no que diz respeito à formação de profissionais para o setor agropecuário e dentro do sistema científico e tecnológico do Estado de Zulia, está representada pelas Faculdades de Agronomia e Ciências Veterinárias da Universidade de Zulia, a Escola de Zootecnia da Universidade Rafael Urdaneta e os Colégios Universitários de Maracaibo e Cabimas, sendo a primeira instituição lembrada, a que, na realidade, centraliza a formação dos "recursos humanos", agrônomos e veterinários, a que a importante atividade agropecuária desenvolvida na região, absorve em quase sua totalidade através dos organismos oficiais e empresas privadas ligadas ao setor.

Deve-se esclarecer que não se aceita a idéia de

qualificar o homem como um "recurso" a mais, dentro dos recursos naturais de um país, o qual pode ser manejado e administrado a vontade e a critério de quem dirige um determinado processo de desenvolvimento.

Na área da investigação agropecuária regional, o sistema conta com o Centro de Investigação Agropecuária da Região Zuliana (CIARZU), dependente do Fundo Nacional de Investigações Agropecuárias (FONAIAP); com o Instituto de Investigações Agronômicas da Faculdade de Agronomia e Faculdade de Ciências Veterinárias da Universidade de Zulia e com a Fundação de Serviço para o Agricultor do Ocidente (FUSAGRI).

O referido sistema, segundo VILLASMIL (1977:4), referindo-se às áreas de educação e investigação, apresenta da mesma forma que em todo o país, entre outras, as seguintes características:

- a. "os conhecimentos científicos procedem, em boa parte, de sociedades estrangeiras, de correntes científicas, tecnológicas e culturais de diferentes universidades norteamericanas, francesas e inglesas e muito pouco de centros nacionais e latinoamericanos.
- b. o sistema foi concebido em função exclusiva da produção, independente dos fatores que geram as condições e modos de produção, chegando a isolar-se dos processos de industrialização agropecuária, economia agropecuária, de mobilização e participação social (...)"

c. o sistema tem-se desviado na formação de técnicos para a produção e administração dos recursos que arbitra o setor oficial no campo agropecuário, vinculando-se uma boa porcentagem ao Estado como funcionários técnicos, à educação universitária, ao grande produtor e as suas próprias explorações, esquecendo-se dos pequenos e médios produtores (...)".

É evidente que os "recursos humanos" formados em um sistema com tais características, não passam de elementos, socialmente, neutros na perspectiva camponesa, incapazes de desenvolver qualquer atividade em benefício das classes desprotegidas e da agricultura em geral, devendo-se isto à total desvinculação que existe entre os planos de estudos e as necessidades reais do país, isto é, a problemática rural venezuelana; e o mais grave ainda, é que este é o "recurso humano" que participa no desenvolvimento dos programas ou projetos que levam a cabo os centros de investigação da região; constituindo-se em elementos dinâmicos na perspectiva capitalista.

Dentro deste contexto, pois, como já mencionou-se anteriormente, encontra-se inserida a Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, finalidade última deste trabalho. A citada Faculdade foi fundada em 1959, com a Escola de Engenharia Agrônômica, atendendo a duas necessidades básicas:

a. a de formar agrotécnicos para uma região que, ao lado da

exploração petrolífera, estava desenvolvendo, em forma vigorosa, uma agricultura e uma criação de grande projeção, mas, que não contava com o auxílio necessário da técnica e, por outro lado,

- b. a necessidade de realizar pesquisas científicas e tecnológicas sobre os múltiplos problemas que se apresentavam no processo de produção agropecuária na região, como o fim de melhorar sua efetivação.

Desde esta data até nossos dias, a Faculdade de Agronomia vem recebendo um número cada vez maior de estudantes, passando de 30 em 1959 para 1.200 em 1979, o que tem obrigado seus responsáveis a ampliar seu corpo docente, passando de 20 para 130 professores no período referido.

Desde sua fundação, a Escola teve como fim, "especializar" o aluno em determinadas áreas, sem descuidar, é lógico, da preparação geral durante os 5 anos de curso. Para optar pelo título de Engenheiro Agrônomo, exige-se o cumprimento de 200 unidades-créditos e de uma diversificação, sendo esta, inicialmente: Zootécnica, Engenharia Agrícola, Agronomia, Ciências Sociais e Econômicas e Tecnologia Agropecuária. O currículo sofreu uma modificação em 1974, como conseqüência da inclusão, na carreira, de um ano de Estudos Gerais, ano em que se inclui também a Diversificação em Solos.

Na atualidade, a Faculdade de Agronomia se rege pelo plano de Estudos - 1978, o qual será resumido na tabela 8.

TABELA 8 - Plano de estudos da Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo - Venezuela.
1978

Diversificação	Disciplinas					
	Biofísicas		Socio-econômicas		Total	
	Básicas + Optativas		Básicas + Optativas		Disci- plina	
	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)
Agronomia	53	93	4	7	57	100
Zootecnia	54	93	4	7	58	100
Engenharia Agrícola	50	93	4	7	54	100
Ciências Sociais e Econômicas	41	73	15	27	56	100
Solos	49	92	4	8	53	100
Proteção de Plantas	52	93	4	7	56	100

FONTE: Plano de Estudos para Egressos de Estudos Gerais.
Faculdade de Agronomia de L.U.Z., Maracaibo

A tabela 8 é por demais esclarecedora da ênfase tecnológica na formação do Agrônomo, com vistas à modernização do campo. Os alunos orientados em Agronomia, Zootecnia, Engenharia Agrícola, Solos e Proteção de Plantas, têm a obrigação de cursar e serem aprovados, em toda sua carreira, somente em 4 disciplinas da área sócio-econômica (7%) contra um ponto médio de 52 (93%) da área biofísica, sendo sabido, por parte das autoridades da Faculdade, da repercussão e de seqüilíbrios que a moderna tecnologia agrícola tem e oca-

sionam no meio rural dos países subdesenvolvidos e da economia dependente, quando se introduz o uso indiscriminado de insumos tecnológicos, causando graves problemas sociais e ecológicos.

Com referência aos orientados em Ciências Sociais e Econômicas, exige-se deles cursar e serem aprovados em 41 (73%) das disciplinas da área biofísica contra 15 (27%) de sua especialidade.

A partir desta perspectiva, passar-se-á, então, a analisar um pouco mais a formação recebida pelo agrônomo na referida Faculdade.

2 - O AGRÔNOMO, UM AGENTE DE MUDANÇA COMPROMETIDO

A maneira de revisão bibliográfica, serão citados alguns autores que interessando-se pelo mesmo problema e que, além de assinalar as causas, tem trazido importantes contribuições para a formação do Engenheiro Agrônomo que o país necessita.

Para YOP0 (1971:15), "a importância e complexidade que o setor rural ainda tem e continuará tendo em muitas décadas mais, concedem a este profissional uma linha de ação, sob certo ponto de vista, revolucionária. Mas, para isto, faz-se mister a gestação de um novo Engenheiro Agrônomo que, além de técnico-produtor e científico, compreenda e implemente também a mudança estrutural-social".

Para este autor, o papel do Engenheiro Agrônomo não tem sido o mais adequado por duas razões fundamentais:

- a. a deficiente e unilateral estrutura interna das Faculdades de Agronomia, especialmente, em seu ambiente (organização) acadêmico e curricular.
- b. a pouca inquietude social e intelectual que o profissional da agronomia mantém em forma quase perseverante o que afeta concretamente a escassa liderança e participação que tem e já teve nos aspectos mais fundamentais que marcam a política e as decisões do país.

Continua dizendo YOPD (1971:7), "deve-se considerar que a tecno-estrutura concebe aos objetos como instrumentos seus, em outras palavras, os considera sô em função dela mesma e não da sociedade global (...). Qualquer tecno-estrutura sô procura colher cada vez mais riqueza e técnica, tudo sem significado algum ou, em certo sentido, periférico marginal, do qual apenas é dono sô um reduzido número de pessoas inseridas nos grupos de poder e de tomada de decisões". Isto vem sucedendo, segundo o autor, por causa da estrutura imóvel, não comprometida e conservadora das Faculdades de Agronomia que mais do que ninguém, lançam ao mercado um produto inerte do ponto de vista das maiorias camponesas e participe da tecno-estrutura e em nenhum modo, um indivíduo consciente de sua grande função social.

Contudo, na realidade, a culpa não é toda do profissional de agronomia, ao considerarmos que as faculdades

estão inseridas em uma estrutura maior que são as Universidades e que na América Latina, salvo raras exceções, possuem uma estrutura conservadora, mais para os fins capitalistas, a Faculdade de Agronomia tem uma função bastante dinâmica e comprometida com os interesses da ideologia dominante, ao formar os agentes de mudança tecnológica que a tecn-estrutura exige.

A grosso modo, analisando-se a composição e estrutura de seu currículo, além de surgir este como rígido e inflexível, é fácil notar a carência quase total da participação das ciências sociais. Esta característica histórico-cultural se manifesta nitidamente no comportamento sócio-político e cultural dos profissionais; incapazes de sustentar uma análise e conceitualização profunda da polaridade social que rege a maior parte dos países, atuando de preferência, dentro e para o "statu quo" e não para sua modificação.

Na opinião de ANEZ (1973:19), "a formação de Engenheiro Agrônomo é deficiente. Durante sua passagem pela Faculdade de Agronomia, não se lhe ministra um embasamento socio-econômico forte que lhe permita lutar, com boas armas, no absorvente mundo que lhe vai tocar atuar. Não se lhes mostra a situação de explorado que o país está vivendo; não se lhes fala do domínio do poder por forças minoritárias internas que governam a nação pensando sô em seu próprio benefício; não se lhes ensina a dramática realidade rural venezuelana; o enorme potencial de recursos humanos que existe

no campo sem ser utilizado; a vida calamitosa em que passam seus anos; o marginalismo em que vivem; a carência de possibilidades; a negação de oportunidades".

Para o autor, os programas da Faculdade de Agronomia não correspondem às necessidades do país e nem à realidade rural. Sua concepção, diz ANEZ, reflete falta de humanismo. Considera que são técnicas frias não podem consistir na formação de um profissional, que, pensa-se, vai-se por em serviço, através de suas diferentes atividades, no meio camponês do setor agrícola, onde uma grande quantidade dos problemas que se apresentam, são fundamentalmente do tipo humano.

Considera alarmante a pouca carga de matérias de caráter socio-econômico incluídas nos programas das Faculdades de Agronomia e, em especial, a Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, a qual em 1973, somente tinha duas opções (Extensão Rural, Legislação e Direito Agrário) para os orientados em Ciências Sociais e Econômicas, que tratavam de aspectos sociais e, duas opções (Economia Agrícola e Administração Rural) que davam certa formação de caráter econômico.

Desta forma, segundo ANEZ, é facilmente compreensível que um profissional com tão pouca instrução social e econômica, com tanto desconhecimento daqueles para os quais vai realmente trabalhar ou do que se formava em Engenharia Agrônoma, seja "fagocitado" facilmente pelo deslumbrante e macio mundo que oferece o sistema.

Até aqui concorda-se com o autor, mas falta apontar que esse é, precisamente, o tipo de agrônomo que o sistema exige e que o papel da Faculdade de Agronomia como parte dele é, através de seus planos de estudo, formar esse produto que o mercado de trabalho está exigindo. A "filosofia" e os "formosos princípios" que sustentam a profissão são precisamente esses e não outros. Não é o sistema que os absorve por não estarem suficientemente preparados para enfrentá-los, mas assim tem sido formados, para atender aos reclamos das classes dominantes ligadas ao campo e, portanto, para a reprodução deste mesmo sistema.

A Sociedade Venezuelana de Engenheiros Agrônomos, (SVIA) - (1975:4), ante esta problemática, concorda em que "os formados nas Faculdades de Agronomia não podem escapar da situação vigente no país, surgindo, então, mais como um produto para o sistema do que como um profissional destinado, por seus conhecimentos, à transformação do setor agropecuário venezuelano".

O documento trata sobre a afirmação, bem conhecida, não se está formando o agrônomo de que a Venezuela está necessitando e que, inclusive, esta situação tem sido utilizada como argumento para a criação de novas faculdades, escolas e até universidades, quando se deveria começar por uma análise crítica das existentes.

Quanto à elaboração de Planos de Estudos e outros aspectos, nas Faculdades de Agronomia, opina a SVIA, que:

- a. em muito poucas oportunidades tem-se dado importância à opinião dos formados por essas faculdades.
- b. com honrosas exceções, os professores universitários têm se mantidos desligados da situação em que vive a agricultura venezuelana;
- c. a incorporação excessiva ao corpo docente de recém-formados, sem nenhuma experiência de campo, tem levado à formação de um plantel de professores inexperientes, repetidores de livros escritos para outras circunstâncias.

Em relação à tendência que tem predominado nas Universidades para a organização curricular, segundo VILLASMIL (1977:9), "esta se caracteriza por:

- a. separação entre docência e pesquisa;
- b. a organização é por opções/disciplinas, quer dizer, conteúdos isolados;
- c. enfatiza-se o conhecimento como "produto";
- d. há um profissionalismo acadêmico dentro de um enfoque individual, desvinculado do meio sócio-tecnológico;
- e. os objetivos são específicos e;
- f. os programas são rígidos, fechados".

Para finalizar, diante de toda essa problemática em torno da elaboração de planos de estudos, currículos, etc., OCHOA (1978:III.A.4.11), considera que "a elaboração de um currículo é um trabalho complexo, caso se quiser que sua organização seja científica e não arbitrária. A maioria dos autores sobre organização curricular continua dizendo a

autora, concordam que a dita elaboração inicia-se com a análise da sociedade e suas demandas futuras, quer dizer, que basicamente, a organização curricular está em função de:

- a. o tipo de sociedade existente e
- b. o tipo de sociedade desejada.

Na opinião da autora, um plano de estudo que tem de contribuir para preencher o vácuo existente entre a sociedade que temos e a que desejamos ter, deveria considerar dititos aspectos, pois, caso contrário proceder-se-ia por intuição, pelo desconhecimento do que realmente quer-se transformar e até onde estariam dirigidos os esforços; que, para a análise do tipo de sociedade existente e desejada, é necessário fundamentar-se nos acontecimentos históricos da realidade venezuelana, com ênfase no setor agropecuário.

3 - DISCIPLINAS SOCIAIS VERSUS DISCIPLINAS TÉCNICAS, UMA LUTA DESIGUAL

Uma olhada na espetacular desproporção entre disciplinas socio-econômicas e biofísicas do atual plano de estudos da Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia e esclarecendo um pouco mais o exposto na Tabela 8 , nos proporciona a tabela 9 onde se indica também, o semestre correspondente para cada disciplina e seu valor ou peso em crêdititos.

A tabela 9 reflete uma situação concreta e tão evi

TABELA 9 - Disciplinas bio-físicas e sócio-econômicas oferecidas pela Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo - Venezuela, 1978

Disciplinas					
Bio-físicas			Sócio-econômicas		
Semestre Número	Crédito Número	Total	Semestre Número	Credito Número	Total
3º	19	6	6º	3	1
4º	19	6	7º	6	2
5º	26	8	8º	6	2
6º	22	7	9º	9	3
7º	27	9	10º	20	7
8º	45	14			
9º	59	20			
10º	101	34			
Total	317	104 (86%)	-	44	15 (14%)

Fonte: Plano de Estudos para Egressos de Estudos Gerais.
Faculdade de Agronomia de L.U.Z., Maracaibo

dente que não merece muitos comentários. A Faculdade de Agronomia oferece ao aluno, 104 disciplinas da área biofísica que representam os 86% do total contra 15 da área socio-econômica, os 14% restantes; isto representa um valor ou peso de 317 unidades créditos contra 44. Por conseguinte, o aluno encontra na área biofísica maiores oportunidades de completar os 200 créditos exigidos, já que dispõe de 117 créditos a mais.

No caso em que o aluno mostre, de início, certa inclinação para os aspectos sociais ligados ao campo, a Faculdade somente lhe oferece a oportunidade de consolidar seu interesse, no último ano de carreira (9^o e 10^o semestre) onde se encontram concentrados aos 66% das disciplinas socioeconômicas oferecidas.

Ainda assim, fica quase impossível que o proprio encaminhado a Ciências Sociais e Econômicas, ao chegar ao último ano, consiga manter-se ou situar-se em uma posição crítica das consequências sociais que determinada tecnologia possa trazer, devido ao bombardeio tecnológico a que se tem submetido e tem vindo suportando durante os primeiros anos, não dispondo, além disso, do tempo necessário para assimililar e pesar criticamente, o conteúdo programático de cada disciplina.

Isto não quer dizer, de maneira alguma, que se esteja contra a inclusão de novas disciplinas tecnológicas que merecem estar dentro do currículo de Agronomia, mas o que se quer, em todo caso, alertar, é que a Engenharia Agronomica é a carreira técnica de maior carga social; nas condições de subalimentação que afetam a mais de 70% da população venezuelana e especialmente as classes mais pobres do meio rural que contribuem consideravelmente para elevar os índices de desnutrição e morte no setor camponês, configura-se um campo de trabalho sumamente crítico, exigindo, por conseguinte, um profissional da agronomia que se identifi-

que plenamente com a realidade social que o rodeia e ponha em ação todos seus conhecimentos em busca de uma transformação total das condições existentes.

Outro aspecto bastante interessante, mostra-nos a tabela 10, onde, com os programas das disciplinas que temos à disposição, tratamos de analisar os objetivos perseguidos pelo professor ao elaborar seu programa, como também o ano em que dito programa foi aprovado pelo Conselho da Faculdade, reconhecendo desta forma, estar de acordo com seu conteúdo e autorizando-o para sua execução. Com relação à análise dos objetivos, consideramos importante porque acreditamos encontrar nos mesmos, alguma justificação social por parte das disciplinas da área biofísica, o que resultou desalentador, pois, os objetivos não existem.

De 86 programas, 80% não enunciam os objetivos que o professor da disciplina pretende alcançar em relação a seus alunos; esta situação nos faz pensar e concordar que a avaliação dos conhecimentos adquiridos pelo aluno, semestral ou final, não tem razão de ser, visto que o professor não sabe que aspectos avaliar e o aluno não sabe em que aspectos vai ser avaliado. Este impasse se dá porque são os objetivos, gerais ou específicos, os quais na realidade, orientam o sistema de avaliação no processo ensino-aprendizagem, servindo de guia tanto ao professor como do aluno. Portanto, um programa que não exponha em forma clara e precisa seus objetivos, revela uma falta grave na elaboração dos mesmos.

TABELA 10 - Disciplinas criadas pela Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo, entre 1970 e 1976. Venezuela

	Ano de Aprovação														Total
	1970	1971	1972	1973		1974		1975		1976					
	Nº	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Disciplinas com objetivos expli- citos	-	-	6	7,0	5	5,8	5	5,8	1	1,2	-	-	17	19,8	
Disciplinas sem objetivos expli- citos	1	1,2	25	29,1	31	36,0	7	8,1	3	3,5	1	1,2	69	80,2	
Total	1	1,2	31	36,0	36	41,8	12	13,9	4	4,6	1	1,2	86	100,0	

Fonte: Programas das disciplinas oferecidas na Faculdade de Agronomia de L. U. Z. - Maracaibo.

A não inclusão dos objetivos nos programas das disciplinas de caráter tecnológico, pode ser que esteja relacionada com a visão do mundo que o professor tenha, e considerar assim que repartir conhecimentos tecnológicos não exige nenhuma preparação especial de sua parte e muito menos quando o professor tenha realizado sua pós-graduação em países altamente tecnificados em agricultura.

Segundo dados da tabela 11, na Faculdade de Agronomia, de seus 54 professores que têm realizado cursos de especialização, 40 têm escolhido universidades de países desenvolvidos (37 nos Estados Unidos, 1 em França, 1 na Inglaterra e 1 na Holanda) ou seja, uns 74%; enquanto que os 26% restantes, têm-no realizado em países latinoamericanos (3 na Venezuela, 3 no Brasil, 3 no México, 3 em Costa Rica, 1 em Porto Rico e 1 na Colômbia).

Todos sabem que, muitas vezes, os cursos de pós-graduação constituem uma forma de penetração importante de ideologias estranhas ao país, porque, essas pessoas, ao regressarem, muitas vezes, constituem-se em portadoras e defensoras eficazes da cultura e ideologia dos países desenvolvidos, especialmente, o norteamericano.

Reconhece-se e isto é verdade, que geralmente, o professor de Agronomia é um profissional da Engenharia que não têm sido preparado para o trabalho docente e que por esta razão, não tem a mínima idéia de como se organizar um programa; mas, também, é verdade que para isso existe um De

TABELA 11 - Número de professores e países onde realizaram cursos de especialização. Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo - Venezuela, 1978

Países	Professores	
	Número	Porcentagem
Estados Unidos da América	37	68,6
França	1	1,8
Inglaterra	1	1,8
Holanda	1	1,8
Venezuela	3	5,6
Brasil	3	5,6
México	3	5,6
Costa Rica	3	5,6
Porto Rico	1	1,8
Colômbia	1	1,8
Total	54	100,0

Fonte: Dados fornecidos pela Direção da Faculdade de Agronomia da L. U. Z., Maracaibo

partamento de Coordenação Docente e uma Direção cuja função é a de buscar as soluções que eliminem este tipo de falhas elementares e lamentáveis em um centro de educação de nível superior.

Outro aspecto mostrado pela tabela 10, é a permanência dos mesmos programas sem sofrer nenhuma revisão ou modificação no temário. A grande maioria dos programas fo-

ram aprovados entre os anos 1972 e 1973, ou seja, já transcorreram 8 ou 7 anos e continuam em vigência. Num final de século tão dinâmico como o que estamos vivendo, os conhecimentos, tanto científicos-tecnológicos como suas consequências na estrutura econômica e social dos países, tornam-se por demais decisivos na configuração de uma sociedade mundial cada vez mais desigual.

Um programa que permaneça igual durante 8 ou mais anos, tem perdido todo contacto com a realidade social que muda aceleradamente; seu conteúdo se torna obsoleto e o aluno que o recebe, também, não pode compreender quais são e de onde vêm as forças que determinam o contexto social que o rodeia.

A Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia tem contribuído na formação de 489 Engenheiros-Agrônomos em 13 formaturas até 1976. A tabela 12 nos mostra esta relação.

Como pode-se observar, o número de orientados em Ciências Sociais e Econômicas ocupa o segundo lugar com 22% após Agronomia com 36%, mas se seguirmos mantendo o critério até agora estabelecido, ou seja, o de comparar todas as orientações da área biofísica com as da área socio-econômica, o resultado será sempre o mesmo, isto é, o caráter tecnológico dado na formação do agrônomo, pois, somadas as porcentagens, os orientados em biofísicas representam 78% contra 22% de orientados em socio-econômicas.

TABELA 12 - Número de Engenheiros Agrônomos formados pela Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo, Venezuela. 1964-1976

Ano	Diversificações (+)						Total
	Agron.	Cs. Econ.	Ind. Lac. ++	Engº Agrº	Solos +++	Zoot.	
1964	7	-	3	4	-	4	18
1965	13	3	-	5	-	2	23
1966	10	8	-	9	-	7	34
1967	12	7	-	9	-	4	32
1968	17	4	-	9	-	6	36
1969	20	2	-	6	-	9	37
1970	12	11	-	1	-	4	28
1971	19	9	-	4	-	12	44
1972	18	14	-	12	-	6	50
1973	18	11	-	11	-	6	46
1974	16	21	-	6	-	10	53
1975	7	13	-	5	6	9	40
1976	8	7	-	12	9	12	48
Total	177 (36%)	110 (22%)	3 (1%)	93 (19%)	15 (3%)	91 (19%)	489 (100%)

(+) Atualmente oferece-se a Diversificação em Proteção de Plantas a qual não tem formado seus primeiros especialistas.

(++) Esta diversificação não se oferece atualmente.

(+++) A orientação em Solos começou a ser oferecida em 1973, portanto seus primeiros especialistas saíram em 1975.

Fonte: Departamento de Coordenação Docente. Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia. Maracaibo.

A predileção pelas diversificações de caráter tecnológico, por parte dos alunos, reflete as características de modernização que prevalecem no setor agrícola venezuelano. Uma razão disto deve-se também às poucas disciplinas oferecidas pela Faculdade de Agronomia que se relacionam com as questões econômicas e sociais ligadas à agricultura, as quais somam 15 entre obrigatórias e optativas o que significa pouca ou nenhuma outra alternativa de escolha por parte do aluno. Ou pode ser, também, que estas poucas disciplinas não tenham um conteúdo programático que desperte o interesse, que leve ao aluno a manifestar-se criticamente diante dos problemas levantados pelo professor, levando-os a escolher a orientação social.

Destaca-se, que o reduzido número de disciplinas da área socio-econômica, não é o que na realidade interessa, e sim, seus conteúdos programáticos, os quais estão adequados ao agrônomo que o sistema social vigente exige.

Assim, por exemplo, a Extensão Rural como disciplina básica na formação do agrônomo tem sua razão de ser como instrumento na difusão da nova tecnologia agrícola no meio rural. A Sociologia Rural, baseada na Sociologia que elaborou os conceitos teóricos do dualismo social, a modernização, etc., proporcionam os elementos teóricos que condicionam o aluno à aceitação de uma situação social no meio rural que não é a real, na perspectiva das classes ou setores dominados.

Devido à relação entre a problemática abordada neste trabalho e a Extensão Rural, realizou-se uma revisão mais detalhada dos conteúdos programáticos das disciplinas Extensão Rural I e II, vigentes na Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia.

Assim observa-se que, no programa de Extensão Rural I e na parte correspondente à sua justificação, PROGRAMA (1972:1), diz que "está provado que para alcançar o desenvolvimento desejado nos países de baixos níveis econômicos, sociais, educacionais, etc., é imprescindível que se leve a cabo um Programa de Extensão. A Venezuela está incluída entre estes países em vias de desenvolvimento e que sem o concurso da Extensão Rural, não poderá alcançar os objetivos fundamentais de melhorar os trabalhos do campo e as condições de vida do homem do meio rural, através de uma ação educativa ajustada à realidade".

Deve-se esclarecer que não está-se duvidando da importância que a Extensão Rural possa ter na formação do agrônomo. O que se critica neste programa e que não se explica, nos seis temas propostos é, por que razão a Venezuela se encontra entre os países de baixo nível econômico, social, etc., e por que, sem conhecer estas causas, sem ter um conhecimento prévio da problemática rural, o fracasso evidente da Reforma Agrária, etc., justifique a realização de um Programa de Extensão.

Se no país está-se levando a cabo um Programa de

Reforma Agrária, a colaboração da Extensão Rural ã mesma ê a de "melhorar as condições de vida do homem rural", mas sa be-se por HERNANDEZ (1977:7-8), citado no capítulo ante rior, que existe uma grande variedade de "homens" no meio ru ral venezuelano, como são os grandes produtores agrícolas, os grandes criadores de gado, os grandes possuidores de ter ras ou latifundiários, os médios agricultores, os campone ses, os "conuqueros" etc..

Em todo caso, se o conceito de "homem rural" do Pro grama de Extensão citado, refere-se ao camponês em algumas de suas modalidades, ê de todos conhecido que na Venezuela o camponês tem sido o grande ausente nos Programas de Refor ma Agrária oficial. Se ê assim, a colaboração da Extensão Rural está orientada a outros setores sociais do meio rural e não precisamente ao camponês.

Visto assim, nunca se hã de chegar a um trabalho ao nível do camponês. Referindo-se aos serviços de Extensão na Venezuela, diz HERNANDEZ (1976:33), "a experiência da ũl tima década demonstra que não tem-se atingido os objetivos propostos porque o homem camponês ainda não tem atingido o desenvolvimento integral, nem muito menos elevado a produ ção e, com ela, o nível de vida. A Extensão se tem ocupado em transmitir uma tecnologia inadequada a nosso contexto socio-cultural; muitas das vezes, supondo que o camponês ê uma "caixa aberta" pronta para receber toda informação e adotã-la, mas negando-lhe participação em todo processo deliberativo, reflexivo e criativo".

O Programa de Extensão também não esclarece a que "realidade" deve estar ajustado o trabalho educativo por meio da Extensão Rural, se é a realidade que apresenta como característica principal a dinamização do moderno desenvolvimento capitalista na agricultura ou se é a outra realidade que o Estado nega, isto é, aquela cuja característica principal é a proletarianização e a exploração camponesa.

Além disto, no Tema 5 do Programa de Extensão Rural I, há uma manifesta supervalorização da Extensão Rural com realação à Sociologia Rural, em outras palavras, a ciência determinada por um instrumento técnico metodológico, o que mostra a importância dada à Extensão por parte dos Organismos Internacionais já analisados, notando-se, em seu conteúdo, a influência da sociologia rural americana.

É assim como, ao referir-se ao papel que tem o "líder" nos Programas de Extensão, o Extensionista como agente de mudança, que trata de atingir mudanças de valores e atitudes, segundo PINTO (1972:6), "sabe que necessita tanto do apoio dos grupos sociais já presentes, como a formação de líderes da "comunidade", para que sua ação não permaneça limitada a influenciar pessoas isoladas, mas sim a pessoas que possam influenciar outras".

Ao referir-se a ação de mudança, segundo o Programa, esta está dirigida ao aspecto socio-cultural e não ao econômico, em outras palavras, a mudança a nível de superestrutura e não ao nível de estrutura.

Em 1976, elaborou-se um novo Programa de Extensão Rural I constituído por 7 unidades temáticas repartidas entre 4 professores segundo o aspecto a ser tratado. Isto demonstra a preocupação de atingir uma melhor organização no ensino da disciplina, não obstante, alguns aspectos do tema rio continuem sendo enfocados conforme os princípios clássicos da Extensão Rural americana, sobre tudo o que se refere a metodologia a ser utilizada.

Como este novo Programa também, apresenta a mesma falha que os demais programas da Faculdade, ou seja, a ausência dos objetivos a serem alcançados pela disciplina, tor na-se difícil realizar uma análise mais detalhada do mesmo.

O Programa de Extensão Rural II segue a mesma estratégia que o anterior, fazendo ressaltar a importância de agrupamentos que, como os Clubes 5-V, os Clubes de Donas de Casa, etc. são fundamentais nos trabalhos de Extensão. Isto é assim, porque, segundo PINTO (1972:6), "a organização de grupos de homens, mulheres e jovens, representa um mecanismo de persuasão, nos quais, pela mesma ação dos grupos, é mais fácil produzir a mudança de atitudes e valores e elevar aspirações e motivações".

Os Programas de Extensão Rural encontram nos jovens e mulheres, uma melhor receptividade a mudança proposta, os quais poderão, mais tarde, influir para que os campo neses mais velhos adiram ao mesmo.

É evidente que a Extensão sabe que a maioria dos

camponeses reagem negativamente a adoção de novas práticas agrícolas, mas não porque não estejam interessados nas mesmas, senão por duas razões fundamentais e amplamente justificadas:

- a. sua atitude manifesta de desconfiança em toda iniciativa, que provenha dos organismos oficiais, devido aos longos anos de enganos e mentiras de que tem sido vítima e, por outra parte,
- b. adotar uma nova prática agrícola, por mais simples que seja, significa, para muitos, investir os poucos recursos de que dispõem em insumos altamente extorsivos, convertendo-se a agricultura em uma atividade de grandes riscos e de muitas decepções por parte dos pequenos agricultores; mais ainda, quando a agricultura que se pratica no país é uma agricultura de aventura, na qual o lucro fácil é sua meta final.

Bem diz GONZALEZ (1977:5), "o camponês sabe quando está informado que os sistemas melhorados de produção requerem inversões substanciais em certos insumos, por conseguinte, devido à incerteza das chuvas, do mercado e sua própria destreza e conhecimentos, não arrisca sua precária economia para a adoção destes novos sistemas".

Fechamos este capítulo com uma citação que resume toda a amarga verdade do difuso papel, até agora, desempenhado pelo Engenheiro-Agrônomo, na reflexão autocrítica de GONZALEZ (1978:42), "esta euforia de modernização deu ori-

gem e foi seguida pelas Escolas de Agronomia e Veterinárias, onde se copiavam os programas de estudos de escolas similares norteamericanas. Assim nós formamos os profissionais do agro. Nós nos especializamos no Norte ou na Europa e com esta bagagem começamos a atuar e continuamos atuando".

CAPÍTULO IV - CONCLUSÕES E SUGESTÕES

1 - CONCLUSÕES GERAIS

No Capítulo I, através de uma revisão selecionada dos documentos à disposição, procurou-se analisar e discutir os interesses de classes que, dentro do esquema ideológico capitalista, dinamizavam o processo de modernização da agricultura latinoamericana; ao ser considerada esta como sendo uma atividade marcada dentro de um contexto social "tradicional e atrasado", que mediante uma ação de mudança poderia proporcionar um melhor nível de vida ao camponês e um maior impulso à economia dos países subdesenvolvidos.

Tratou-se, por conseguinte, de demonstrar o verdadeiro significado de alguns conceitos teóricos sociológicos

que, como sociedade dual, modernização, mudança e estrutura social, foram elaborados e manipulados ideologicamente por inúmeras instituições internacionais, convertendo-se em poderosos instrumentos na reprodução das relações de produção, que o novo centro hegemônico da economia exigia, para lograr sua consolidação como primeira potência capitalista a nível mundial, representado pelos Estados Unidos da América.

Esta discussão justificou a formulação de nossa hipótese central, de que o agrônomo, no caso particular da Venezuela, recebia uma formação acadêmica dirigida à implementação da política de modernização e, portanto, à reprodução das relações de produção capitalistas no meio rural venezuelano.

Para a posterior avaliação e comprovação desta hipótese, no Capítulo II procedeu-se a análise de alguns aspectos da atual política agrícola implementada pelo governo venezuelano. Esta situação demonstrou a estreita relação que sempre existiu e sempre existirá, entre os governos "democráticos" que se tem sucedido no poder e as classes privilegiadas que, dominando a vida econômica e política, são as que decidem em matéria de desenvolvimento agrícola, onde a modernização do setor é o objetivo a ser alcançado.

Além disso, tratou-se de caracterizar a situação atual do meio rural e onde se deixou ver, como é o setor agroindustrial e a empresa agrícola moderna e capitalista

os que, fomentados pelo próprio Estado, dominam a produção agropecuária do país, submetendo os outros setores sociais a desiguais condições econômicas e sociais.

Verificou-se assim que, para a atividade agrícola ter alcançado tal grau de modernização, teve de contar com a colaboração do Estado através das instituições que formam o sistema, como é o Ministério da Agricultura e as Universidades. A Universidade em seu papel de produtora, por intermédio das Faculdades de Agronomia, forma o agrônomo-reprodutor, o qual o Ministério da Agricultura emprega e que as classes dominantes ligadas à agricultura moderna exigem e usufruem.

Chega-se assim ao Capítulo III, no qual mediante uma rápida e simples análise do Programa de Estudos vigente na Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, conseguiu-se captar em forma surpreendente e evidente, a manifesta tendência de formar um profissional altamente capacitado em técnicas, para engajar-se dentro da tecno-estrutura venezuelana.

Por outro lado, decorrente do mesmo fenômeno e que demonstra a parcialização por parte da Faculdade com a ideologia dominante, verificou-se a quase ausência no Plano de Estudos analisado, de disciplinas que tratem de aspectos sociais, econômicos, etc., sabendo-se antecipadamente que é no meio rural que essas variáveis se tornam mais conflitivas devido a desigualdades em relação a propriedade da terra.

O agrônomo assim formado, sem dúvida alguma, não deixa de ter um papel importante no processo de mudança social, mas não na perspectiva do setor dominado, segundo a classificação de Hernandez.

2 - SUGESTÕES

Sobra uma tarefa bastante difícil: sugerir algumas alternativas para a solução da problemática levantada neste trabalho. Num país, como a Venezuela, considerado como modelo da política que desenvolvem fundamentalmente os Estados Unidos em relação aos países dependentes, nos quais se verifica com mais clareza as medidas impostas desde os centros dominantes do capitalismo internacional, qualquer solução nas atuais condições, repete-se, não passaria de um paliativo que não levaria a nada de concreto. Exemplo disto é a lamentável realidade política, econômica, social e cultural do país, depois de 20 anos de governos "democráticos".

Quer-se deixar bem claro que a problemática aqui discutida não se resume única e exclusivamente ao profissional de agronomia. Em outras palavras, não é o agrônomo a única vítima de uma política educativa comprometida com as exigências de uma minoria privilegiada, através da instituição universitária, pelo contrário, a ideologia dominante alcança todos os profissionais por igual, cada um em sua área de trabalho contribui na produção de um sistema social que os forma e os deforma ao mesmo tempo.

Em nenhum momento, foi intencional agredir o agrônomo ou denegrir a Faculdade de Agronomia; ou que este trabalho seja considerado anti-modernização, anti-extensão ou anti-tecnológico; não é isto que pretendeu-se. Seria absurdo e ridículo, estar contra uma maior produção e a investigação agropecuária, quando se sabe que, inevitavelmente, a atividade agrícola continuará sujeita aos caprichos da natureza e que uma população cada vez maior, como a venezuelana, exige mais e melhores produtos alimentícios.

Fica-se, isto sim, contra os interesses que se movem por trás da estratégia modernizadora da agricultura; daqueles setores minoritários que se utilizam da Faculdade de Agronomia e de seus formados para estruturar de tal forma a atividade agrícola, a fim de elevar suas taxas de lucro a custa da exploração de uma grande maioria de venezuelanos do meio rural.

SUMMARY

In this work, it was discussed the importance of the academic formation of the student in Agronomy, for the execution and modernization of agriculture. In the specific case of Venezuela, it was taken, as the point of reference, the formation given at the College of Agronomy, University of the State of Zulia, Maracaibo, Venezuela.

Such formation is a manner to specialize "human resources" in agricultural technic, not with the aim to help the venezuelan peasant and to improve their actual conditions of life, but, at the contrary, such formation is directed to the reproduction and consolidation of the capitalist relationships of production being in force at the rural conditions of the capitalist ideology, based on the theories of dual society modernization and social change.

To confirm this principal thesis, many documents were consulted and analysed, which gave the theoretical basis of the policy of agricultural modernization in Latin America. From those documents, some aspects of the actual venezuelan agricultural policy and the most important characteristics of the rural conditions were analysed, as a direct consequence of modernization. The analysis of the Plan of Studies which is being actually followed by the mentioned College of Agronomy in the formation of the Agronomist, was also made.

Finally, it became evident the technicist formation of the student of Agronomy taking aim at the obtention of a product highly specialised with the most sophisticated technics, which can be adopted and utilized, only, by a dominant and powerful small fraction of the people, accenting better the social and economic differences between the different sections which compose the social structure of the venezuelan rural conditions.

In conclusion, the student in Agronomy at the University of Zulia, is prepared to become an agent for technological transformation and not an agent for structural change that the country needs for its total independence, according to its undeveloped condition .

BIBLIOGRAFIA

- A. L. E. A. S. (Asociación Latinoamericana de Educación Agrícola Superior), 1978. VI Conferência. Acta Final. Tomo I. Maracaibo.
- ANEZ, D., 1973. El Ingeniero Agrônomo que necesitamos formar. C.I.D.I.A.T., Universidad de los Andes. Mimeo. 44 pp.
- B.C.V. (Banco Central de Venezuela). 1976, Informe Económico. Caracas, 396 pp.
- C.E.P.A.L. (Comisión Económica para América Latina), 1948. La Obra de las Naciones Unidas. Depto. de Información Pública. O.N.U. New York, 22 pp.
- CHOSSUDOVSKY, M., 1977. La miseria en Venezuela. Vadell Hermanos Editores. Valência, 265 pp.

- C.O.N.I.C.I.T. - C.E.N.D.E.S. (Consejo de Investigaciones Científicas y Tecnológicas - Centro de Estudios del Desarrollo), 1976. Qué hacer con la agricultura venezolana ? Mimeo. Caracas, 42 pp.
- COSTA-PINTO, L. A., 1967. O desenvolvimento: seus processos e seus obstáculos. In: Teoria do Desenvolvimento. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 201 pp.
- COSTA-PINTO, L. A., 1967. Modernização e Desenvolvimento. Ibidem.
- DUNCAN, J., 1964. Princípios básicos de Extensão Rural. U. R.G.S., Depto. de Ciências Sociais. Porto Alegre, 89 pp.
- F.A.O. - I.I.C.A. (Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación - Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas). I^a Conferência Latinoamericana sobre Educación Agrícola Superior. Chile, 1958.
- F.A.O. (Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación), 1971. La Extensión Rural en América Latina y El Caribe, Roma, 225 pp.
- FEDER, E., 1977. Penetración de las Transnacionales en la agricultura latinoamericana. In: Opinión Agraria. Enero, Año IV, nº 11. Caracas, 96 pp.
- GONZALEZ, H., 1978. Venezuela, agricultura y soberanía. S.V.I.A., 95 pp.

GONZALEZ, J. E., 1977. Análisis de la actividad de investigación agrícola en Venezuela. Seminario LUZ - CONICIT - CENDES. Mimeo. Maracaibo, 24 pp.

HERNANDEZ, R. de, 1976. Analisis de la transferencia de ciencia y tecnologia para el sector agrícola. Seminário CONICIT - CENDES. Mimeo. Caracas, 54 pp.

HERNANDEZ, J. L., 1977. Las fuerzas sociales en el campo venezolano. In: Opinión Agraria. Enero, Año IV, Nº 11. Caracas, 96 pp.

HERNADENZ, J. L., 1976. Problemas planteados por la proletarización del campesinado para su incorporación al desarrollo de tecnologia agrícola. Seminario CONICIT - CENDES. Mimeo. Caracas, 19 pp.

IANNI, O., 1976. Sociologia da Sociologia Latinoamericana. Editorial Civilização Brasileira, S.A., Rio de Janeiro, 186 pp.

JATEM, D., 1976. La política y programas del Gobierno. Seminário CONICIT - CENDES, Mimeo. Caracas, 42 pp.

LAMBERT, J., 1974. Obstáculos ao desenvolvimento decorrentes da formação de uma sociedade dualista. In: Sociologia do Desenvolvimento. Tomo I. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 130 pp.

LOSADA, A. R., 1976. La tierra venezolana en la dialéctica del subdesarrollo. U.C.V. - División de Publicaciones. Tomos I y II. Caracas, 262 pp.

- L.U.Z. (Universidad del Zulia), 1978. Plan de Estudios para Egresados de Estudios Generales. Facultad de Agronomía. Maracaibo. 14 pp.
- L.U.Z. (Universidad del Zulia), 1972. Programa de Extensión Agrícola I e II. Facultad de Agronomía. Maracaibo, 9 pp.
- MARTEL, A., 1976. La agricultura, entre la carraplana y el despelote. Editorial Lisbón. Caracas, 116 pp.
- MAUNDER, A. H., 1973. La Extensión Agrícola. F. A. O. Roma 289 pp.
- NERY, B., 1978. Educación Formal y Dependencia in Revista de la VI Conferencia Latinoamericana de Educación Agrícola Superior. ALEAS. Maracaibo, 30 pp.
- OCHOA, H., 1978. Algunas consideraciones para la evaluación del Plan de Estudios de la Escuela de Ingeniería Agronómica de la Universidad del Zulia. VI Conferencia Latinoamericana de Educación Agrícola Superior. ALEAS. Acta Final Tomo II. Maracaibo.
- PINTO, J. B., 1972, Extensión Agrícola y Educación: una disyuntiva crítica. U.C.V. Facultad de Agronomía. Mimeo. Maracay. 63 pp.
- RAUCIERE, J., 1971. Sobre a teoria da ideologia, a política de Althusser. Portucalense Editora. Porto, 42 pp.
- SANTOS, T. dos, 1977. Dependencia y Cambio Social. U.C.V. División de Publicaciones. Caracas, 153 pp.

SILVA M. H. e SONNTAG, H. R., 1976. Universidad, dependencia y revolución. Siglo XXI Editores. México, 217 pp.

STAVENHAGEN, R., 1974. Sete teses equivocadas sobre América Latina. In: Sociologia do Desenvolvimento. Tomo I. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 130 pp.

S.V.I.A. (Sociedad Venezolana de Ingenieros Agrónomos), 1975. La Educación Agrícola Superior en Venezuela. Maracaibo, 16 pp.

VILLASMIL, J. J., 1977. Analisis de los procesos de formación de personal técnico y científico para el desarrollo agrícola. Seminario LUZ - CONICIT - CENDES. Mimeo. Maracaibo, 23 pp.

V PLAN, 1976. Sector Agrícola. Capítulo III, Paz Pérez, C. A., Caracas. 311 pp.

YOPO, B., 1971. La Transformación necesaria del Ingeniero Agrónomo. Mimeo. I.I.C.A., Guatemala, 16 pp.

YOPO, B., 1978. La unidimensionalidad del profesional en Ciencias Agropecuarias. In: Revista de la VI Conferencia Latinoamericana de Educación Agrícola Superior. ALEAS. Maracaibo, 30 pp.

A P Ê N D I C E

TABELA I - Setor Agrícola. Produção. Toneladas métricas.
Venezuela, 1972/1976.

Produtos Característicos Agrícola Vegetal	1972	1973	1974	1975	1976
Cereais:					
Arroz (em casca)	164.691	301.899	296.552	362.925	276.770
Milho	506.316	454.423	553.761	653.412	532.147
Sorgo	7.128	8.682	34.050	70.380	237.886
Trigo	639	682	627	532	560
Grãos Leguminosos:					
Ervilha	1.621	1.054	1.212	1.326	1.450
Feijão	21.397	14.728	23.646	25.098	20.098
"Frijol" (+)	8.171	10.411	9.248	12.031	9.995
"Quinchoncho* (+)	4.875	3.949	3.649	3.422	3.875
Raízes e Tubérculos:					
Mandioquinha	19.072	1.5298	15.922	11.585	15.473
Batata doce	30.125	30.350	31.906	26.851	28.378
"Mapuey"	17.768	18.094	17.848	18.497	19.100
Carã	39.521	28.684	29.402	29.928	31.884
Inhame	52.676	41.227	42.840	44.598	47.948
Mandioca	318.170	27.050	292.987	317.393	352.530
Batata	109.397	123.638	152.331	151.647	135.030
Texteis e Oleaginosos:					
Gergelim	59.245	78.438	71.824	65.036	61.760
Algodão	57.271	60.038	69.598	87.509	65.634
Copra	17.230	18.840	18.320	17.809	18.000
Amendoim (em casca)	14.361	8.777	27.871	22.489	25.180
Sisal (fibra)	13.307	14.900	13.510	13.765	14.300
Frutas:					
Abacate	56.477	56.634	55.967	57.670	59.416
Banana (1)	996.975	902.235	937.185	859.935	899.790
Côco (nozes) em mi- les de unidades	154.985	160.080	158.340	153.922	154.880
Graviola	2.663	2.928	3.171	3.369	3.580
Goiaba	4.732	4.897	5.017	5.090	5.120
Mamão	51.602	55.214	49.023	59.731	63.060
Manga	78.896	79.290	83.836	86.974	89.235

continua ...

TABELA I - Continuação

Produtos Característicos Agrícola Vegetal	1972	1973	1974	1975	1976
Laranja	206.280	217.114	230.570	245.250	266.462
Melancia	53.827	58.133	62.783	63.186	60.729
Abacaxi	40.154	38.281	32.472	27.815	30.150
Outras frutas	45.165	49.848	52.960	56.269	56.811
Hortaliças:					
Alho	2.054	1.902	3.779	3.579	3.240
Beringela	1.928	2.176	2.381	2.605	2.880
Cebola	48.484	35.433	32.730	42.148	50.340
Couve-flor	1.855	2.147	2.332	2.402	2.618
Alface	5.043	5.092	5.367	4.873	4.990
Pepino	6.582	7.188	7.594	7.916	8.350
Pimentão	6.081	6.584	8.763	8.036	11.840
Beterraba	4.475	4.778	4.927	4.795	4.960
Repolho	12.974	13.613	13.900	14.237	14.620
Tomate	79.895	84.134	93.757	100.840	133.190
Vagem	3.193	3.453	3.746	3.885	4.110
Cenoura	11.721	14.972	14.656	15.357	16.554
Outras hortaliças	8.996	10.234	10.899	11.958	12.630
Café, Cacau e outros:					
Cacau	16.718	19.081	17.263	19.336	16.650
Café	40.406	65.926	45.878	64.611	49.580
Cana de açúcar (2)	5.736.436	5.240.675	5.895.291	5.482.187	5.768.500
"Plátano" (3)	282.440	280.135	382.311	369.729	373.086
Tabaco	12.537	13.433	14.347	15.771	16.160

(+) Variedades de feijão pequenos

(1): Dado original em cachos com peso aproximado em kgs. 15.00 c/u.

(2): Inclui o destinado na elaboração de açúcar e rapadura.

(3): Dado original em unidades e com peso médio aproximado de kgs. 0.265 c/u.

Fontes: M.A.C. - D.G.E. e B.C.V.

TABELA II - Setor Agrícola. Área colhida em hectares.
Venezuela, 1972-1976

Agrícola Vegetal	1972	1973	1974	1975	1976
Cereais:	536.879	559.556	609.661	665.145	696.589
Arroz	65.336	113.034	117.309	113.548	92.875
Milho	465.062	438.918	462.383	506.151	488.674
Sorgo	5.039	6.121	28.394	43.996	113.658
Trigo	1.442	1.483	1.575	1.450	1.382
Grãos Leguminosos:	96.973	78.161	92.049	100.573	100.709
Ervilha	3.945	2.773	3.641	3790	3.920
Feijão	64.427	42.892	63.084	63.738	65.042
"Frijol" (+)	18.805	23.720	17.609	25.541	24.084
"Quinchoncho" (+)	9.796	8.776	7.715	7.504	7.663
Raízes e Tubérculos:	80.155	66.474	76.917	71.370	75.514
Mandioquinha	4.146	3.039	3.359	2.463	3.113
Batata doce	2.439	2.450	2.603	2.172	2.286
"Mapuey"	2.301	2.320	2.289	2.231	2.436
Carã	8.694	5.989	7.776	5.206	5.947
Inhame	9.071	6.445	7.016	7.676	7.980
Mandioca	40.609	33.854	39.564	37.417	40.225
Batata	12.895	12.377	14.310	14.105	13.527
Texteis e Oleaginosas:	192.253	232.053	280.085	247.776	231.786
Gergelim	107.706	151.037	174.036	136.472	134.260
Algodão	56.320	58.803	64.668	78.362	61.169
Amendoim	17.762	10.663	30.701	22.104	24.235
Sisal	10.465	11.550	10.680	10.838	12.122
Frutas:	144.963	141.562	142.298	141.272	143.889
Abacate	12.408	12.415	12.420	12.467	12.497
Banana	51.003	45.782	46.648	44.920	45.371
Coco	19.651	20.123	19.660	18.677	19.109
Graviola	1.003	1.016	1.021	1.075	1.140
Goiaba	1.664	1.716	1.757	1.769	1.780
Mamão	3.053	3.112	3.205	3.285	3.370
Manga	6.021	6.030	6.078	6.102	6.197
Laranja	31.146	32.170	32.212	33.371	33.469
Melancia	6.347	6.392	6.418	6.461	6.315

continua ...

TABELA 2 - Continuação

Agrícola Vegetal	1972	1973	1974	1975	1976
Abacaxi	2.681	2.533	2.444	2.279	2.463
Outras frutas	9.986	10.273	10.435	10.876	12.178
Hortalças:	15.851	15.595	16.188	17.970	20.106
Alho	560	541	856	753	692
Beringela	156	171	189	197	226
Cebola	2.306	1.755	1.862	2.376	2.697
Couve-flor	158	162	165	174	189
Alface	241	232	245	229	262
Pepino	691	705	724	745	731
Pimentão	694	663	802	761	922
Beterraba	344	359	367	392	461
Repolho	510	512	520	529	582
Tomate	5.038	5.120	4.923	5.923	6.986
Vagem	613	662	695	723	771
Cenoura	945	993	1.025	1.043	1.257
Outras hortalças	3.595	3.720	3.815	4.125	4.330
Cafê, Cacau e Outros:	486.291	479.306	490.894	493.768	488.669
Cacau	67.408	70.346	69.990	71.446	71.767
Cafê	276.719	272.461	272.497	275.438	268.438
Cana-de-açúcar	73.610	69.601	78.782	78.278	79.622
"Plátano"	59.641	57.810	59.869	57.542	57.982
Tabaco	8.913	9.088	9.756	11.064	10.860
TOTAL	1.553.365	1.572.707	1.708.092	1.737.874	1.757.262

(+) Variedades de feijão pequenos

Fonte: M.A.C. e B.C.V.

TABELA III - Setor Agrícola. Produção bruta. Milhões de bolívares a preços pagos ao produtor). Venezuela, 1972/1976

Agrícola Vegetal	1972	1973	1974	1975	1976
Produtos característicos	4.393	4.627	4.974	5.264	5.105
Agrícola Vegetal	1.811	1.940	2.066	2.241	2.150
Cereais:	299	361	405	49	447
Arroz	99	181	178	217	167
Milho	198	177	216	255	207
Sorgo	2	3	11	22	74
Trigo	0	0	0	0	0
Grãos Leguminosos:	40	34	43	49	40
Ervilha	1	1	1	1	1
Feijão	25	17	28	30	24
"Frijol" (+)	10	13	11	15	12
"Quinchoncho" (+)	4	3	3	3	3
Raízes e Tubérculos:	219	201	221	224	231
Mandioquinha	13	11	11	8	11
Batata doce	10	10	11	9	9
"Mapuey"	11	11	11	11	12
Carã	22	16	16	17	18
Inhame	34	27	28	29	31
Mandioca	73	63	67	73	81
Batata	56	63	77	77	69
Texteis e Oleaginosos:	208	226	263	269	242
Gergelim	71	93	85	77	73
Algodão	78	82	95	120	90
Copra	22	23	22	21	22
Amendoim	25	15	49	39	44
Sisal	12	13	12	12	13
Frutas:	351	348	363	357	372
Abacate	24	24	24	25	26
Coco	150	135	141	129	135
Graviola	19	20	20	19	19

continua ...

TABELA III - Continuação

Agrícola Vegetal	1972	1973	1974	1975	1976
Goiaba	3	3	3	3	3
Mamão	15	17	18	18	19
Manga	9	10	10	10	11
Laranja	60	64	68	72	78
Melancia	15	16	18	18	17
Abacaxi	11	11	9	8	7
Outras frutas	42	45	49	52	53
Hortalças:	113	108	121	132	147
Alho	8	7	15	14	13
Beringela	1	1	1	1	1
Cebola	34	25	23	30	35
Couve-flor	1	1	1	1	2
Alface	4	4	4	4	4
Pepino	3	3	3	4	4
Pimentão	4	4	6	5	8
Beterraba	3	3	3	3	3
Repolho	7	7	7	8	8
Tomate	34	36	40	43	49
Vagem	3	3	4	4	4
Cenoura	6	8	8	8	9
Outras hortalças	5	6	6	7	7
Cafê, Cacau e Outros:	581	662	650	716	671
Cacau	46	52	47	53	46
Cafê	140	228	159	224	172
Cana-de-açúcar	212	194	212	203	213
"Plátano"	106	106	144	139	141
Tabaco	77	82	88	97	99

(+) Variedades de feijão pequenos

Fonte: M.A.C. . M.O.P. - D.G.E. - I.A.N. - C.B.R. e B.C.V.

TABELA IV - Disciplinas Bio-físicas e Sôcio-econômicas oferecidas pela Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo, Venezuela. 1978

Disciplina: Bio-física	Semestre Número	Créditos Número
Química Analítica Qualitativa	30	3
Matemática Aplicada	30	4
Botânica I	30	4
Fisiologia Animal	30	3
Física Geral	30	4
Desenho Geral	30	1
Química Orgânica	40	3
Botânica II	40	3
Estatística I	40	3
Química Analítica Quantitativa	40	3
Hidráulica	40	4
Agrometeorologia	40	3
Bioquímica	50	3
Estatística II	50	3
Introdução ao Estudo dos Insetos	50	3
Maquinaria Agrícola I	50	3
Topografia I	50	4
Topografia Geral	50	4
Edafologia I	50	3
Alimentação Animal	50	3
Topografia II	60	4
Maquinaria Agrícola II	60	3
Fisiologia Vegetal I	60	3
Genética I	60	3
Introdução às Doenças das Plantas	60	3
Entomologia Econômica	60	3
Edafologia II	60	3
Irrigação e Drenagem I	70	4
Genética II	70	3
Fisiologia Vegetal II	70	3
Explorações Pecuárias Geral	70	4
Fertilizantes e enmendas	70	3
Fotointerpretação	70	3
Investigação (PV)	70	1
Nutrição Animal	70	3
Fitopatologia Econômica	70	3
Ecologia Vegetal	80	3
Controle das Ervas-Daninhas	80	3
Conservação de Solos	80	3

continua...

TABELA IV - Continuação

Disciplina: Bio-física	Semestre Número	Créditos Número
Culturas de Grandes Culturas	80	4
Microbiologia	80	3
Construções Rurais	80	4
Olericultura	80	4
Tecnologia da Nutrição	80	3
Gênese e Classificação do Solo	80	3
Investigação (PV)	80	2
Técnica Experimental de Plantas	80	3
Técnica Experimental de Animais	80	3
Técnica de Programação	80	3
Irrigação e Drenagem II	80	4
Culturas de Ciclo Curto	90	5
Forrajicultura I	90	3
Cana-de-Açúcar e Mandioca	90	3
Hidrologia	90	3
Mecanização do Solo	90	3
Drenagem de Terras Agrícolas	90	3
Exploração de Aves	90	2
Exploração de Ovinos e Caprinos	90	2
Genética Animal Aplicada	90	3
Fisiologia da Produção	90	3
Indústrias Láticas I	90	3
Higiene Animal	90	3
Fisioclimatologia	90	3
Fertilidade do Solo	90	3
Propagação de Plantas	90	3
Sementes	90	3
Fisiologia Depois de Colheita	90	3
Investigação (P.V.)	90	2
Mineralogia dos Solos	90	3
Fotointerpretação (Solos)	90	3
Melhoramento de Plantas	100	3
Agricultura Tropical	100	3
Bananas	100	3
Café e Cacau	100	3
Viticultura	100	3
Investigação (P.V.)	100	4
Seminário (P.V.)	100	1
Acarologia	100	3
Nematologia	100	2
Nematologia	100	2
Micologia	100	2
Toxicologia Ambiental dos Praguicidas	100	2

continua...

TABELA IV - Continuação

Disciplina: Bio-física	Semestre Número	Créditos Número
Sanidade Vegetal	100	3
Ecologia dos Insetos	100	3
Agrologia	100	3
Desenho de Pequenos Sistemas de Irrigação	100	3
Planejamento Físico de Fazendas	100	3
Topografia Aplicada	100	3
Operação e Manutenção de Pequenos Sis- temas de Irrigação	100	3
Desenhos de Pequenas Barragens	100	3
Levantamentos Agrológicos	100	4
Manejo de Solos	100	3
Física de Solos	100	3
Química de Solos	100	3
Geologia e Geomorfologia	100	3
Solos da Venezuela	100	3
Maquinaria Agrícola III	100	3
Exploração de Porcos	100	3
Forrajicultura II	100	3
Gado de Leite	100	4
Gado de Carne	100	4
Indústrias Láticas II	100	4
Planejamento e Desenvolvimento de Fazendas	100	3
Indústria de Carne	100	3
Higiene Animal	100	3
Total	104 (86%)	317

continua ...

TABELA IV - Continuação

Disciplina: Sôcio-econômicas	Semestre Número	Créditos Número
Economia Agrícola I	60	3
Legislação e Direito Agrário	70	3
Extensão Agrícola I	70	3
Economia Agrícola II	80	3
Administração Rural	80	3
Crédito Agrícola	90	3
Sociologia Rural I	90	3
Formulação e Avaliação de Projetos	90	3
Comercialização de Produtos Agropecuários	100	3
Organizações Agrárias	100	3
Desenvolvimento Econômico	100	3
Extensão Agrícola II	100	3
Sociologia Rural II	100	3
Reforma Agrária	100	3
Redação Técnica	100	3
Total	15 (14%)	44

Fonte: Plano de Estudos para Egressados de Estudos Gerais.
Faculdade de Agronomia de L.U.Z. Maracaibo.

TABELA V - Objetivos propostos para as disciplinas oferecidas pela Faculdade de Agronomia da Universidade de Zulia, Maracaibo, Venezuela, 1970/1976

Disciplinas	Objetivos	Ano de Aprovação
Fisiologia Vegetal I	Econômico: conseguir uma maior produtividade	1973
Horticultura	Econômico-Técnico: conseguir uma maior produtividade e técnicas de industrialização	1973
Fruticultura	Sem objetivos explícitos	1973
Têxteis e Oleaginosas	Sem objetivos	1973
Cereais e Leguminosas	Sem objetivos	1973
Cafê e Cacau	Sem objetivos	1973
Genética I	Sem objetivos	1973
Genética II	Sem objetivos	1973
Agricultura Geral	Sem objetivos	1973
Biologia Animal I	Sem objetivos	1972
Biologia Animal II	Sem objetivos	1972
Fitotecnia	Sem objetivos	1973
Controle Químico de Ervas Daninhas	Sem objetivos	1973
Botânica I	Sem objetivos	1973
Botânica II	Sem objetivos	1973
Problemas da Agricultura Tropical	Econômico: exploração racional dos trópicos	1973
Bananas	Técnico: resolver problemas da cultura	1973
Cana-de-açúcar	Sem objetivos	1973
Ecologia e Climatologia	Sem objetivos	1973
Entomologia I	Sem objetivos	1973
Entomologia II	Sem objetivos	1973
Viticultura	Sem objetivos	1973
Fisiologia Vegetal II	Sem objetivos	1973
Fitopatologia	Sem objetivos	1972
Zoologia Pecuária	Sem objetivos	1970
Criação Animal I	Sem objetivos	1972
Criação Animal II	Sem objetivos	1972
Gado de Leite	Sem objetivos	1972
Gado de Carne	Sem objetivos	1972
Produção Animal	Sem objetivos	1972
Alimentação Animal	Sem objetivos	1972
Forragicultura Avançada	Sem objetivos	1976
Explorações Pecuárias I	Sem objetivos	1972
Explorações Pecuárias II	Sem objetivos	1972

continua ...

TABELA V - Continuação

Disciplinas	Objetivos	Ano de Aprovação
Higiene Animal	Sem objetivos	1972
Indústrias Láticas	Econômico - Técnico: industrialização do leite	1972
Nutrição Animal	Sem objetivos	1972
Pastagens	Sem objetivos	1972
Planejamento Físico de Fazendas	Sem objetivos	1974
Matemática I	Sem objetivos	1973
Matemática II	Sem objetivos	1973
Matemática III	Sem objetivos	1973
Topografia I	Sem objetivos	1973
Topografia II	Sem objetivos	1973
Irrigação e Drenagem I	Técnico: uso racional da água	1973
Irrigação e Drenagem II	Sem objetivos	1973
Maquinaria Agrícola I	Sem objetivos	1973
Maquinaria Agrícola II	Sem objetivos	1973
Desenho de Pequenos Sistemas de Irrigação	Sem objetivos	1974
Desenho Geral	Sem objetivos	1974
Física I	Sem objetivos	1974
Física I	Sem objetivos	1973
Física II	Sem objetivos	1971
Construções Rurais I	Sem objetivos	1973
Construções Rurais II	Sem objetivos	1973
Hidráulica Aplicada	Técnico: Retenção artificial e regularização das correntes de águas superficiais	1975
Hidrologia Agrícola	Sem objetivos	1973
Edafologia I	Sem objetivos	1975
Edafologia II	Sem objetivos	1975
Manejo de Solos	Técnico - Econômico: melhor manejo do solo ; incrementar a produção agropecuária	1975
Levantamentos Agrológicos	Sem objetivos	1974
Fertilidade dos Solos	Sem objetivos	1972
Fotointerpretação	Sem objetivos	1973
Física dos Solos	Técnicos: Formulação e desenvolvimento de projetos de desenvolvimento de áreas sob irrigação	1974

continua ...

TABELA V - Continuação

Disciplinas	Objetivos	Ano de Aprovação
Conservação do Solo	Sem objetivos	1974
Agrologia	Sem objetivos	1974
Gênese e Classificação de Solos	Sem objetivos	1974
Estatística I	Técnico: variação dos fenômenos biológicos, físicos e sociais	1974
Estatística II	Técnico: planejamento, obtenção e análise de dados experimentais	1974
Técnica Experimental	Técnico: base técnica experimental nos trabalhos de investigação	1974
Química Analítica Qualitativa	Sem objetivos	1972
Química Analítica Quantitativa	Sem objetivos	1972
Química Orgânica	Sem objetivos	1972
Bioquímica	Sem objetivos	1972
Fertilizantes e Correções	Sem objetivos	1972
Microbiologia	Sem objetivos	1973
Extensão Agrícola I	Social: trabalho educativo a fim de melhorar as condições da vida do homem rural	1972
Extensão Agrícola II	Técnico: organizar, planejar, administrar e supervisionar serviços de extensão	1972
Economia Agrícola I	Sem objetivos	1972
Economia Agrícola II	Técnico: interpretar situações do mercado	1972
Desenvolvimento Econômico	Sem objetivos	1972
Legislação e Direito Agrário	Sem objetivos	1972
Administração de Fazendas	Sem objetivos	1972
Organizações Agrárias	Sem objetivos	1975
Sociologia Rural I	Sociais: conhecer os fatores sociais e sua importância nos programas de mudança	1972
Sociologia Rural II	Técnico: utilização de métodos e técnicas de pesquisa	1972
Crédito Agrícola	Sem objetivos	1972
Total 86 programas, sendo:	69 sem objetivos (80%) 17 com objetivos (20%)	

Fonte: Programas das disciplinas oferecidas na Faculdade de Agronomia de L. U. Z., Maracaibo, Venezuela.